

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 7

(Sem revisão final)

16 de janeiro de 2019

(17 h 08 m – 20 h 09 m)

Ordem do dia:

Audição do Coronel de Infantaria Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira.

Presidente da Comissão: Filipe Neto Brandão

Deputados:

Jorge Gomes (PS)

Rui Silva (PSD)

João Vasconcelos (BE)

António Carlos Monteiro (CDS-PP)

Jorge Machado (PCP)

Leonel Costa (PSD)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Srs. Deputados, vamos iniciar mais uma audição da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar em Tancos.

Eram 17 horas e 8 minutos.

Connosco, hoje, temos o Sr. Coronel de Infantaria Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira, cuja audição foi requerida pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Quero, antes de mais, agradecer a presença do Sr. Coronel que, à semelhança dos que o antecederam, não tem nenhuma declaração inicial. Portanto, iniciaremos já esta audição com as perguntas que o Sr. Deputado Jorge Gomes, em nome do Grupo Parlamentar do PS, fará.

O Sr. Deputado Jorge Gomes dispõe, como sabe, de 8 minutos na primeira ronda. É uma ronda de pergunta/resposta, logo, a minha intervenção, em princípio, limitar-se-á a dar a palavra e a sinalizar a ultrapassagem do tempo.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Coronel Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira, muito obrigado. Penso que é paraquedista de formação...

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira** (Comandante da Escola de Tropas Paraquedistas e do Regimento de Paraquedistas de 30 de outubro de 2013 a 29 de março de 2016): — Sou, sim senhor.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Queria começar, antes de fazer qualquer pergunta, por felicitar os paraquedistas pela excelente contribuição que deram agora na República Centro Africana, onde estiveram debaixo de fogo de uma forma impressionante durante cinco horas e conseguiram reocupar a cidade e destruir o quartel-general das forças rebeldes.

Daqui quero endereçar os cumprimentos para as nossas forças que estão na República Centro Africana e faço-o na pessoa do Sr. Coronel atendendo a que estou com um homem que é da especialidade dos homens que temos do lado de lá.

A questão prévia que queria pôr era: que funções é que o Sr. Coronel exerce atualmente e qual foi o seu percurso desde a saída do posto de comandante do Regimento de Paraquedistas?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Sr. Deputado, agradeço o cumprimento inicial às tropas paraquedistas que muito me orgulham.

Comandei o Regimento de Paraquedistas durante três anos, três anos e um dia. Se a memória não me falha, iniciei no dia 30 de outubro de 2013 e terminei, salvo erro, a 31 de outubro ou a 1 de novembro de 2016. Portanto, esse foi o meu período de comando.

A partir desse momento, fui colocado na Academia Militar e tenho vindo a desempenhar um conjunto de missões nessa casa de formação dos oficiais do Exército português e da Guarda Nacional Republicana (GNR). Designadamente, no momento, desempenho as funções de Diretor do Gabinete de Avaliação e Qualidade. É um órgão de conselho do comandante da Academia Militar que avalia o funcionamento da Academia enquanto órgão de ensino superior devidamente acreditado pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) e, portanto, faço a interação com essa agência nos processos de acreditação dos ciclos de estudo.

Os nossos cursos, como sabe, obedecem a um conjunto de requisitos que temos de cumprir e sou eu que faço essa avaliação e aconselho o Sr. Comandante nesse contexto.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Perguntava a seguir quem eram os comandantes das Unidades que também detinham a responsabilidade da segurança em Tancos.

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Sr. Deputado, durante este período em que comandei, eram três as Unidades, inicialmente, mas depois, mais tarde, aparece o Regimento de Engenharia também envolvido com funções de segurança nos paióis de Tancos. Mas inicialmente eram o Regimento de Infantaria n.º 15, comandado pelo Sr. Coronel Esperança, eu, que comandava o Regimento de Paraquedistas e a Unidade onde se encontra sediado o Comando da Brigada de Reação Rápida (BrigRR), na altura, UALE (Unidade de Aviação Ligeira do Exército) era comandada, se a memória não me falha, pelo Sr. Coronel... Falha-me o nome... Mas já lá vão seis anos... Era o Sr. Coronel Alexandre. Peço desculpa.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Lembra-se, Sr. Coronel, de quem eram os superiores hierárquicos quando exercia essas funções?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Enquanto Comandante do Regimento de Paraquedistas tive como Comandantes da Brigada de Reação Rápida, primeiro, o Sr. General Celso Serafino e, depois, o Sr. General Carlos Perestrelo.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Da sua memória, qual é a semelhança entre o assalto aos paióis de Tancos e o que se verificou nos Comandos no início do nosso século? Ou seja: qual a semelhança entre os dois assaltos? O que houve no início do século ao Regimento de Comandos e aquele que aconteceu em Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Sr. Deputado, não me encontrava em funções de Comandante do Regimento de Paraquedistas nem durante um episódio nem durante o outro.

O acompanhamento afastado que fiz dos episódios é que, relativamente aos Comandos, houve a subtração de um conjunto de armas, penso que cinco, se a memória não me falha, e, no que diz respeito aos paióis de Tancos, houve uma violação da integridade do perímetro dos paióis e o desaparecimento de um conjunto de material que se encontrava sediado nessas instalações.

Semelhanças, não encontro muitas que não sejam a de ter desaparecido material de guerra.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Na altura em que comandou o Regimento de Paraquedistas, as questões da segurança de Tancos eram de máxima prioridade?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Sr. Deputado, um comandante de Regimento tem um conjunto vasto de atribuições e responsabilidades.

Como deve calcular, o Regimento de Paraquedistas tinha uma missão vasta: formar paraquedistas, militares, dar o treino de paraquedismo avançado, porque o paraquedismo e a prática do paraquedismo não se limita aos estádios mais iniciais, há outros mais avançados. Tinha a

responsabilidade de preparação de forças e aprontamento de forças que intervieram em teatros de operações e tinha também um batalhão operacional para o qual eu era responsável pela sua prontidão, pelo seu aprontamento e estado de prontidão.

Portanto, este conjunto vasto de missões ou de responsabilidades, de alguma forma, ilustra que a atenção do comandante não se cinge exclusivamente à segurança dos paióis. Mas isto não significa que a segurança dos paióis de Tancos, sendo uma área sensível, não fosse tratada com o devido zelo, com o devido respeito e com a devida atenção.

Enquanto parte integrante dessa segurança, devotávamos a nossa atenção, o nosso zelo e a nossa aptidão na sua guarda e na sua segurança.

O Sr. Jorge Gomes (PS): — Quer dizer que o Sr. Comandante e o seu Regimento, quando o Sr. Comandante estava a comandá-lo, tinham responsabilidades só nos recursos humanos que deslocava para lá para manter a segurança ou também tinha responsabilidade nos próprios paióis de Tancos?

O Sr. Cor. Inf. Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira: — Vamos ver: nenhuma das Unidades, que me recorde, estou a falar de um horizonte temporal já relativamente longo, mas nenhuma Unidade tinha a segurança aos paióis de Tancos como missão exclusiva.

A segurança aos paióis de Tancos era feita por rotatividade. Talvez fosse bom, para melhor situar esta questão, chamar a atenção para três grandes três níveis de responsabilidade relativamente aos paióis.

Havia um Comando das Forças Terrestres que determinava uma missão. Havia uma entidade que se chamava Brigada de Reação Rápida que tinha a responsabilidade da sua coordenação e supervisão. Depois, havia um

conjunto de três Unidades regimentais, salvo erro, mais tarde aparece uma quarta, que a executavam.

Mas a responsabilidade pela segurança dos paióis de Tancos não era missão exclusiva do conjunto de Unidades que a executavam. Portanto, havia um conjunto vasto de missões e atribuições que cada um destes Regimentos tinha. O meu particularmente não só aprontava forças e tinha de garantir a sua prontidão como também as formava. Há poucas Unidades do Exército que tenham esta dupla valência de também terem a responsabilidade de formação.

Portanto, é importante dizer que o conjunto de atribuições que a minha Unidade tinha era vasto e os paióis era mais uma que nem fazia parte da missão principal da Unidade. Era uma atribuição complementar que o Regimento de Paraquedistas recebia e que executava.

Não sei se fui suficientemente esclarecedor.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Só preciso de mais um pequeno esclarecimento: o Sr. Comandante refere que a segurança também fazia parte e que era partilhada, mas em relação à estrutura física, a toda a parte onde os paióis estão instalados, tinha alguma responsabilidade?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — A estrutura física do complexo dos paióis, chamemos-lhe assim, não era tão-pouco responsabilidade de nenhuma das Unidades que nela exercia a função de segurança. Era do Depósito-Geral de Material de Guerra, mais tarde a designação mudou para UAGME (Unidade de Apoio Geral de Material do Exército). Portanto, ela é que detinha responsabilidade relativamente às instalações.

As instalações eram sua responsabilidade. Íamos lá e garantíamos exclusivamente a segurança.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — O Sr. Coronel sabe se alguém propôs, em alguma circunstância, em alguma data, durante o seu mandato de comandante, o encerramento dos paióis de Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**:
— Não me recordo disso ter acontecido.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Foi-lhe dado conhecimento ou deu conhecimento a alguém sobre o estado de degradação dos paióis de Tancos entre 2013 e 2016?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**:
— Frequentemente. Frequentemente.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Se era assim tão frequente, peço desculpa, mas a quem dava conhecimento? E de que forma o dava?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**:
— Conforme referi, nestes três patamares de responsabilidade estavam definidos os procedimentos relativos à segurança: quem a garantia, durante que período e o que deveria fazer no final do período sobre o qual recaía a sua responsabilidade. No final destes períodos— que durava um mês —, em que o Regimento de Paraquedistas tinha essa responsabilidade, ou seja, no final do cumprimento desta missão de um mês, rotativa, elaborávamos um relatório que era mandado para a Brigada de Reação Rápida.

Portanto, era frequente, porque sempre que exercíamos essas funções ou essa responsabilidade de segurança, produzíamos um relatório. Não

obstante, produzi relatórios complementares, ou memorandos complementares, relativos à situação que vivíamos nos paióis.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Que não eram da sua responsabilidade!

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**:
— Como?

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Digo que não eram da sua responsabilidade os paióis, mas, sim, a segurança.

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**:
— Exatamente.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Temos então a garantia que, da sua parte, houve relatórios que foram enviados aos seus superiores para que fosse tratado o assunto da segurança dos paióis de Tancos.

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**:
— É correto.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Havia alguma articulação entre as Unidades que faziam segurança aos paióis?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**:
— Pode particularizar, Sr. Deputado? Articulação...

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Se havia articulação entre os comandantes do Regimento de Infantaria n.º 15 e do Regimento de

Paraquedistas. Isto porque, na altura, eram só três Unidades, fiquei agora a saber que temos estado sempre a circular à volta de quatro Unidades com responsabilidade de segurança...

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira:**
— Não recordo nenhuma articulação especial com os outros comandantes de Regimento. Recordo a articulação com a Brigada de Reação Rápida porque era isso que era suposto fazer.

No final do período de um mês de missão, quem terminava a missão elaborava o relatório e a Brigada de Reação Rápida, se houvesse alguma questão específica que devesse comunicar a quem encetava de novo essa missão, comunicava. Essa é a função de coordenação e de supervisão.

Isso não quer dizer que, esporadicamente, não falássemos de algum aspeto, mas não recordo o formalismo de falar entre Regimentos.

O Sr. **Jorge Gomes (PS):** — Quando o Sr. Coronel fazia com que os relatórios que produzia e que relatavam alguns problemas de segurança fossem para a Brigada de Reação Rápida, alguma vez lhe foi solicitado, enfim, que graduasse o nível de insegurança ou algo que demonstrasse que, da parte da Brigada de Reação Rápida, havia alguma preocupação com os seus relatórios?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira:**
— Sr. Deputado, respondendo à sua pergunta e sendo um pouco mais abrangente, gostaria de dizer que, quando assumi funções como Comandante da Brigada, o meu Regimento estava a realizar um desses períodos de um mês de segurança. Portanto, quando encetei o comando, ele já tinha começado há cerca de 15 dias e, depois, acompanhei-o.

Não obstante o facto de ter feito alusão à missão relativa à segurança aos paióis no meu relatório de posse de comando, achei por bem, porque era oportuno e tinha assumido a responsabilidade do comando durante um desses períodos de segurança, pedir ao meu oficial de operações — é quem tinha a responsabilidade de fazer a coordenação com os graduados e com o pessoal que entrava de serviço diariamente nos paióis de Tancos — que me elaborasse um memorando completo relativo à situação.

Foi uma forma que me pareceu adequada e oportuna de retratar imediata e devidamente circunstanciada a situação dos paióis e fi-lo mais vezes, pelo menos, que me recorde de forma robusta.

Depois, fui fazendo todos os relatórios que tinha o dever de fazer, assinalando recorrentemente as limitações ou as falhas que o meu pessoal encontrava durante o serviço e reportava à Unidade, porque o pessoal que era escalado para serviço durante 24 horas também produzia, no final dessa missão, um relatório parcelar relativo a essas 24 horas.

O oficial de operações da Unidade coligia o conjunto de relatórios e, no final da missão de um mês, produzia um relatório, que eu mandava enviar para o comando da Brigada.

Para além disso, recordo-me de ter algumas iniciativas de âmbito pessoal. Lembro-me de um dos relatórios que produziu algum estrago no Depósito Geral de Material do Exército (DGME), em que o comandante entrou em contacto comigo e disse: «Assinalaste uma série de deficiências, vamos ver se a gente consegue supri-las com os meios que temos».

Portanto, decorrente desses relatórios — não dizê-lo seria faltar à verdade —, houve ações de melhoria que se produziram e a Brigada de Reação Rápida tinha conhecimento delas. Elas não eram feitas de costas voltadas para a Brigada. Mas não me recorde que a Brigada de Reação Rápida tenha tido interação comigo solicitando informação complementar.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Sr. Coronel, a quem é que reportavam e como se procedia à transferência dos serviços, ou seja, à passagem dos serviços de regimento para regimento?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Nós sabíamos qual era o período em que nos cabia garantir a segurança e, tal como digo, os relatórios eram produzidos para a Brigada. Portanto, quando encetávamos um novo serviço, um novo ciclo de 30 dias de serviço, o oficial de operações ligava-se com a Brigada no sentido de saber se havia alguma questão que devesse ser do conhecimento do Regimento de Paraquedistas para poder atualizar os homens que faziam a missão relativamente a alguma questão. Por exemplo, por vezes, havia lâmpadas fundidas ou alguma substituição que era necessário fazer e nós éramos informados do seguinte: «Atenção, no período tal, irá aparecer a empresa tal que vai fazer este trabalho».

Esse tipo de informação tinha de ser veiculada ao Regimento e o contrário também se verificava. Entrávamos em contacto com a Brigada e dizíamos: «Atenção, a empresa tal está a bater-nos à porta e nós não temos a lista dos funcionários que podem entrar e precisamos de saber». É que os acessos eram condicionados.

Havia estas coordenações relativas ao normal cumprimento das comissões, mas em relação a outras não recordo.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Então, quer dizer que nunca reuniu, formalmente, com os comandantes das outras Unidades que faziam a segurança aos paióis de Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Exclusivamente pelo tema dos paióis, não.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Pelo tema da segurança e pelo tema dos paióis.

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**:
— Não, não.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Da parte do Sr. Coronel, houve...

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**:
— Permita-me que faça uma observação.

Quando se produziu um conjunto de melhorias no âmbito das zonas que alojavam o pessoal de serviço, no sentido de lhes garantir melhores condições de habitabilidade, etc., fiz uma coordenação direta porque tinha sido um dos responsáveis e tinha elaborado o tal relatório mais incisivo, chamemos-lhe assim. Portanto, lembro-me de ter coordenado com o Comandante do DGME e até visitámos as instalações para ver as obras que se estavam a produzir, uma vez que eu tinha assinalado um conjunto de deficiências e ele tinha intervindo.

Lembro-me também, nas situações em que o mato era muito alto e havia necessidade de fazer desmatção, e não obstante termos feito menção dessa necessidade, de ter colaborado com o Regimento de Engenharia, que normalmente era mandato para esse efeito porque tinha maquinaria pesada e auxiliava-o.

Recordo-me de ter havido coordenações diretas nessas situações.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Tendo em conta esses relatórios que o Sr. Comandante fez e que reportava para a Brigada que tinha a

responsabilidade dos paióis, teve contactos directos com oficiais generais para falar das inseguranças que sentia?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira:**

— Sim, Sr. Deputado.

Vamos lá ver, a situação dos paióis era recorrente. Foi uma situação que se alargou durante um período muito grande, aliás, na minha opinião, excessivo.

Portanto, havia deficiências que eram recorrentes, que apareciam nos relatórios dos meus homens, que me chegavam a mim e ao Regimento e que eram transmitidas ao escalão superior. E as deficiências apontadas eram as mesmas em relação ao período anterior ao qual tínhamos cumprido a missão, que distava três meses daquela data. Como havia três Unidades, em rotação, fazíamos um mês de serviço e descansávamos dois. Isso era motivo de conversa.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Vou colocar-lhe uma pergunta — é só para obter um esclarecimento seu — rápida e breve e à qual poderá responder sim ou não.

Relativamente a toda a orgânica da segurança dos Paióis Nacionais de Tancos, alguma vez recebeu orientações ou diretivas de segurança diretamente do Ministério da Defesa?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira:**

— Não.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — No seu tempo, a quem estavam destinados os paióis 14 e 15? O Sr. Coronel recorda-se?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira:**
— Sr. Deputado, já não me recordo. Se a memória não me falha, eram 18 paióis ao todo e o Regimento de Paraquedistas utilizava um desses paióis para guardar algum material de guerra, designadamente munições e granadas de fumo.

Na minha Unidade, tinha um paiol e um paiolim, mas o armazenamento de material de guerra obedece a regras. Não se podem misturar determinado tipo de materiais, por exemplo petardos com detonadores. Há regras no armazenamento do material.

Como a minha Unidade tinha uma Unidade operacional de escalão batalhão, que fazia o seu treino operacional, e, para além disso, tinha responsabilidades no âmbito da formação — quando se forma gente gasta-se material dessa natureza —, fazia a utilização de uma dessas infraestruturas.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — No tempo em que o Sr. Comandante esteve à frente da Unidade, pode explicar como é que era garantida a segurança, com que meios, como eram constituídas as guarnições, como eram feitas as rondas, apeadas ou motorizadas, e se levavam munições de fogo real?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira:**
— Sr. Deputado, vai perdoar-me mas já não me recordo de algumas coisas com exatidão.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — É natural.

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira:**
— Mas poder-lhe-ei dar uma descrição geral.

Os serviços eram de 24 horas, envolviam seis praças, um cabo e um sargento. O graduado ou o oficial de dia apresentava-se ao serviço normalmente, nas operações, e era «briefado» em relação a detalhes relativos a acessos e a questões que fizessem sentido referir.

Esses oito homens cumpriam serviço de 24 horas, no qual lhe era enfatizada a necessidade de estarem alerta, de estarem atentos, de passarem rondas sem ser a horas normalizadas para haver alguma discrepância, ou seja, não haver uma rotina na passagem dessas rondas, e de produzirem os relatórios com exatidão e de forma sustentada.

Portanto, demonstrávamos, dessa forma, a necessidade de estar atento, vigilante e de assumir uma responsabilidade que era importante.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Do conhecimento do Sr. Coronel, com que frequência eram feitas as rondas e quem as conferia? Acha possível ter havido dias em que não se faziam rondas durante 20 horas?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Arrisco-me a dizer que, em relação aos homens que estavam sob o meu comando, não se produziram falhas dessa natureza.

Como me vinha encontrar com os Srs. Deputados — e deixo claro que não disponho, em minha casa, de um arquivo morto suficientemente abrangente que tenha toda a informação —, estive a fazer o meu trabalho de casa e consultei alguns relatórios de modo a ser o mais factual e rigoroso nas respostas às questões que me fossem colocadas.

Por isso, posso dizer com exatidão que produzi relatórios e recordo que em dois deles pode ler-se que houve uma média de 15 rondas num período de 24 horas. Uma média de 15 rondas num período de 24 horas é superior ao aspeto que focou, Sr. Deputado.

Para ser preciso, as rondas eram montadas e apeadas. E, normalmente, numa ronda não são empenhados menos de dois homens.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Sobre o que ouviu do assalto a Tancos e provavelmente até de conversas com camaradas seus, pergunto: acha que o assalto a Tancos foi feito num momento em que não havia vigias? Sei que me vai responder que, se houvesse vigias, não tinha havido assalto, mas não me refiro a esse aspeto.

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Sr. Deputado, vou especular.

Parece-me que um furto desta natureza como foi reportado dá algum trabalho a materializar, pois há que transportar materiais e há que estar atento para ver se vem alguém. Seguramente, mobilizou um efetivo... Não me parece muito diminuto. E levou algum tempo a perpetrar.

Não se entram em duas infraestruturas — penso que foram violadas duas infraestruturas — e não se furta a quantidade de material que foi referida pela comunicação social em meia dúzia de minutos. É uma coisa que, segundo a minha sensibilidade, demoraria algum tempo.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Quando o Sr. Comandante enviava as suas forças de segurança para os paióis, eles levavam ordens rigorosas da forma como deveriam ser feitas as rondas, ou seja, se era só para visitar as portas dos paióis, se era para visitá-las aleatoriamente ou se era para fazer percursos em todo o perímetro?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Sr. Deputado, confesso que não assisti a nenhum *briefing* entre o oficial

de operações e o graduado de serviço. Mas não tenho dúvidas de que o *modus operandi* era esse.

E mais: diria que a maior parte dos graduados, se não todos, que faziam serviço aos paióis já estavam rotinados. O período em que o Regimento de Paraquedistas esteve envolvido na segurança dos paióis foi de tal maneira extenso que cumprir aquele serviço já era uma parte integrante da vida da Unidade.

E, portanto, havia um conjunto de recomendações que já sobravam, que já estavam interiorizadas, e uma delas era passar-se rondas, verificar efetivamente se o perímetro tinha sido violado ou não. Havia uma preocupação nesse sentido.

Se aparecia o registo de alguma deficiência nos relatórios — falta de meios de comando e controlo, de lanternas, de viaturas, etc. —, eram colmatadas pela Unidade. E tenho a noção de que eram os próprios graduados a pedi-las, o que demonstrava interesse em cumprir corretamente a missão. Daí poder garantir que isso acontecia.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Temos conhecimento de que havia um problema de vegetação em volta do perímetro dos paióis de Tancos. Na altura que o Sr. Coronel mandava, tinha noção disso? Recordar-se disso?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Esse era um problema recorrente. Um fenómeno da natureza. O mato cresce! Portanto, havia alturas em que ele crescia mais devagar e outras em que despontava com mais força e essa situação era reportada ao nível dos relatórios e, obviamente, enfatizávamos para o escalão superior a necessidade de se proceder à desmatação porque dificultava a ação de vigilância aos paióis de Tancos.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Quem é que tinha a responsabilidade da desmatação do perímetro?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Sr. Deputado, arrisco-me a dizer que é quem o Exército determinar o cumprimento dessa missão.

Aquilo que, com naturalidade acontecia, se me recordo... Vamos lá a ver: a responsabilidade era do DGM, do Depósito; as infraestruturas eram deles e eles é que tinham de garantir as condições normais de funcionamento daqueles que aí prestavam segurança. Mas quero recordar que grande parte desses trabalhos de desmatação eram feitos pelo Regimento de Engenharia exatamente porque se encontravam localizados relativamente próximos aos paióis e tinham maquinaria pesada que era a adequada para essa realização. Não obstante, a minha Unidade também participava nos trabalhos de desmatação.

Portanto, como tinha lá uma infraestrutura que utilizava, nunca me furtei, quando havia necessidade de realizar esses trabalhos — embora de forma limitada, porque não estava dimensionado para uma limpeza daquele género e de um perímetro tão extenso —, a colaborar nesses trabalhos de desmatação.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Há uma dúvida que tem existido nesta Comissão acerca do efetivo que fazia a segurança.

É correto dizer, na opinião do Sr. Coronel, e se o tem conhecimento melhor ainda, que em 2007 a força de segurança era de 44 homens por dia?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Normalmente, nas missões um dos aspetos que é referido é o dos antecedentes, para termos alguma linha condutora em relação ao que

aconteceu no passado. Efetivamente, tenho a noção de que inicialmente foi escalada uma força com essa dimensão para garantir a segurança, mas já não encontrei essa realidade em Tancos. A realidade que encontrei foi o efetivo que já explicitarei dos oito homens, sendo seis praças, um cabo e um sargento.

Não sei se isto responde à questão do Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Tendo em conta a sua experiência, oito homens, que era a força que estava destinada para 24 horas, o Sr. Coronel entende que era suficiente para a tarefa que tinham de desenvolver?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Sr. Deputado, deixe-me elaborar um bocadinho sobre isso porque me parece importante fazê-lo, se me for permitido.

As missões militares, normalmente, traduzem-se por uma justeza de recursos. Os recursos são escassos, todos eles, e, portanto, normalmente as missões militares dispõem dos recursos estritamente necessários ao seu cumprimento. É uma característica.

Dito isto, não podemos dizer que oito homens permitam uma grande folga, mas também verifiquei os relatórios e efetivamente é-me referido que é um efetivo justo, suficiente.

Obviamente que o efetivo suficiente poder-se-á tornar um pouco curto se a missão deveria contar com um conjunto de outros meios, como sensores de movimento, sensores de imagem, etc., que não estão a funcionar em pleno ou, pura e simplesmente, estão obsoletos. Se assim for, na minha opinião — e isso acontecia com o meu pessoal —, isso implica uma preocupação redobrada relativamente às rondas que tinham de passar e à atenção que lhes era exigida.

Não sei se respondi...

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Ao longo dos anos, qual foi o nível de ameaça aos paióis? Houve alguma alteração em algum tempo enquanto o Sr. Coronel comandava os paraquedistas e qual era a sensibilidade militar a essa segurança? Era semelhante a outros paióis ou era diferenciada?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Sr. Deputado, a noção que tenho de cultura organizacional é que o estado de segurança é determinado superiormente. Portanto, há entidades que têm, a nível nacional, exatamente a responsabilidade de definir qual é o grau de ameaça. Decorrente dessa definição de ameaça é definido um estado de segurança que permita fazer face a um conjunto hipotético de situações que podem vir a materializar-se.

Portanto, não recordo que os paióis tivessem um grau de segurança ou medidas de segurança díspares daquelas que as Unidades tinham e que a minha Unidade tinha. Poderei estar a cometer algum erro mas não me recordo de alterações significativas do estado de segurança.

Recordo-me de, em situações especiais, como a da Cimeira da NATO (North Atlantic Treaty Organization) ou de visitas especiais de entidades, etc., haver um reforço das medidas de segurança decorrente desse estado de ameaça definido um pouco mais alto. Mas não me recordo de alterações significativas e o estado de segurança que era materializado nos paióis era idêntico àquele que era materializado na minha Unidade.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Quem determinava o nível de ameaça às instalações?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Sr. Deputado, quero responder a tudo mas não quero cometer erros. A noção que tenho é que existe uma autoridade nacional que determina a

ameaça e depois há entidades militares que estudam essa ameaça e determinam, em termos de execução, qual é o grau de segurança que as Unidades devem materializar. Isso, normalmente, é difundido. Há uma ordem, que normalmente vem do CFT, do Comando das Forças Terrestres, da Brigada, e chega às Unidades, pelo que, de alguma forma, somos mandatados ou obrigados a cumprir com as medidas de segurança que nos são determinadas.

O Sr. **Presidente**: — Agora prosseguirá a ronda de perguntas o PSD, nos mesmos termos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Silva.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.^{as} e Srs. Deputados e o Sr. Coronel Vasco Alves Pereira.

Já aqui foi referido que esta audição não foi solicitada pelo Grupo Parlamentar do PSD mas pelo Grupo Parlamentar do PS. Estamos à vontade em todos os períodos anteriores e posteriores ao furto em Tancos mas, para nós, o âmbito desta Comissão de Inquérito inicia-se principalmente no período do furto das armas dos Paióis Nacionais de Tancos e deve avaliar todo o procedimento operacional e político consequente.

Estamos aqui para avaliar as responsabilidades políticas, quer aquelas que poderão ter potenciado o furto, quer a atuação seguinte, principalmente a que causou confusão, preocupação e, nosso entender, desconfiança e insegurança nos portugueses.

Também em todas as audições não deixaremos de referir o respeito e a admiração que temos pelas Forças Armadas portuguesas que tanto nos têm orgulhado no plano nacional e internacional pelo seu empenho, coragem e profissionalismo, como é bem visível ao longo dos anos e já aqui foi referido, e muito bem, no teatro de operações da República Centro Africana.

Queremos, por isso, preservar o papel das Forças Armadas, fazendo justiça à sua ação relevante para a defesa da soberania nacional.

Como já referi, não solicitámos a audição do Sr. Coronel mas faremos algumas perguntas no sentido de perceber a logística, a operacionalidade e as dificuldades que encontrou para agilizar o papel da responsabilidade repartida da segurança e vigilância dos Paióis Nacionais de Tancos.

Uma das perguntas que tinha era sobre o seu percurso mas ela já foi feita pelo PS e, portanto, abstenho-me de a fazer. Gostaria de dizer que muitas das perguntas têm um grau de similitude, o que é evidente, pelo período em que o Sr. Coronel esteve à frente do Regimento de Paraquedistas, e, por isso, apelava à sua memória para que pudesse «factualizar» todos os assuntos. Vamos, então, às perguntas.

Quando tomou posse como comandante de uma das forças partilhadas que iria zelar pela segurança e vigilância dos Paióis Nacionais de Tancos teve alguma reunião conjunta com os comandantes das outras Unidades para articular e harmonizar processos de atuação?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira:**
— Não senhor.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — A pergunta já foi efetuada.

Tiveram também alguma reunião com os comandantes da Brigada de Reação Rápida e com a Unidade de Gestão de Material do Exército no mesmo sentido?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira:**
— Vamos lá ver: que fosse especialmente determinada nesse sentido, não. Agora, faltaria à verdade se dissesse que não falei relativamente a esse assunto de forma normal, sem que houvesse uma agenda própria.

Tal como referi, assim que assumi funções como comandante, o Regimento estava a cumprir um desses ciclos de missões de um mês e lembro-me que produzi o meu relatório de posse de comando.

Na altura o meu 2.º comandante não foi imediatamente nomeado, mas quis envolvê-lo no relatório de posse de comando, porque é um documento importante de assunção de responsabilidade enquanto comandante. Assim, diferenciei o relatório de posse de comando, embora faça obviamente menção à responsabilidade de segurança dos paióis de Tancos, de um relatório que produzi imediatamente, porque se estava exatamente no mês de missão.

Portanto, decorrente desse relatório e de outros que produzi, recordo-me de, pelo menos, mais um memorando mais robusto, que não era exclusivamente aquilo que o escalão superior me mandava reportar, era mais abrangente, encontravam-se mais bem ilustradas as deficiências que eram encontradas. Recordo-me de ter feito coordenações com outros comandantes e um deles foi o do Depósito Geral do Material de Guerra, o que deu origem a trabalhos de beneficiação, etc.

Visitámos os dois os paióis, até porque ele dizia: «Vejam lá se agora mantêm isto em condições». Eu dizia-lhe: «Olha, tens de falar com mais dois, porque eu sou terço dos utilizadores e, portanto, isso carece de outra coordenação».

Recordo esse tipo de coordenações, não sujeitas a uma agenda específica mas que não deixavam de ser tratadas no contacto entre Unidades.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — No relatório de posse de comando do Sr. Comandante e no *briefing* que por certo terá tido com o comandante anterior, ele ter-lhe-á manifestado logo preocupações sobre a segurança e vigilância do paiol de Tancos ou não houve uma preocupação exclusiva de referir que haveria fatores de insegurança?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira:**
— Não recebi o comando do anterior comandante. Ele já tinha deixado as funções de comando do Regimento para assumir outras e, portanto, recebi o comando do Regimento do 2.º comandante do anterior comandante. Não obstante, tive uma reunião com ele.

Coordenámos, fizemos uma reunião onde tratámos de um conjunto de vários assuntos e não me recordo de os paióis serem motivo especial. Posso estar induzido em erro mas não me recordo. Este é um horizonte de há quase seis anos e, portanto, poderei estar a cometer alguma omissão mas não me recordo.

Mas, também devo dizer que a situação dos paióis era conhecida. A situação dos paióis era de tal maneira vivida ao longo de tanto tempo que já era endógena. Já sabíamos da questão relativa aos paióis e das principais dificuldades e problemas que decorriam do cumprimento dessa missão, atendendo ao período alargado em que se viveram.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Quando começaram as ações de segurança e vigilância teve algum facto reportado que fosse diferente daquilo que era expectável? Isto é, alguma vez constataram que as diretivas emanadas não eram adequadas ao serviço que estavam a realizar?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira:**
— Vamos lá ver: as diretivas eram adequadas ao serviço, o que não significava que não se encontrassem deficiências e elas não fossem assinaladas. Mas, de modo geral, considero que as diretivas eram objetivas. Não tínhamos dúvida daquilo que deveríamos fazer.

Obviamente, se o perímetro dos paióis deveria dispor de um conjunto de meios que estavam inoperacionais, isso não deixava, de alguma forma, de afetar o cumprimento da missão, pelo menos no que era exigido aos homens.

É diferente tomar conta de um perímetro de cerca de 40 ha com um sistema de videovigilância e com sensores que alertam à aproximação de algum movimento ou estar a fazê-lo sem que esses meios estejam a funcionar. Isso obriga, obviamente, a um desgaste das pessoas para manter um nível de vigilância alto.

Portanto, relativamente à adequação das diretivas, penso que elas eram adequadas e nós não tínhamos dúvidas da missão que nos era confiada. Se todos os meios se encontravam a funcionar ou se não se encontravam, se estavam, ou não, ao nosso dispor, se isso era atempadamente referido ao escalão superior, a quem tinha a responsabilidade de gerir e coordenar e que, portanto, era a entidade primeiramente responsável (EPR) relativamente à segurança, efetivamente fazíamos-lo com oportunidade.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — É que, e a resposta do Sr. Comandante já nos introduz esses fatores, se fala muito na falta de serviços de vigilância audiovisuais, nomeadamente os sensores e as câmaras, que estariam obsoletos, e também se fala muito na insuficiência de efetivos.

Entende o Sr. Coronel que essas eram lacunas que o impediam de cumprir o seu papel? Ou as diretivas emanadas tinham em conta todos esses constrangimentos?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Que eu recorde, as diretivas emanadas não falavam dos sistemas que não funcionavam, diziam qual era o período que nos cabia e aquilo que deveríamos garantir, que era a segurança ao perímetro e, de alguma forma,

impedir que houvesse violações desse perímetro e que desaparecesse material. Isso, *grosso modo*, era o que nos era solicitado.

Também devo dizer outra coisa, em abono da verdade: não me recordo, durante o período de três anos em que assumi a responsabilidade dos paióis, de me ser reportado ou de ter conhecimento, relativamente a outras Unidades, de violações do perímetro graves ou de situações graves que fossem reportadas e que, de alguma forma, fizessem ter uma atenção redobrada ou especial àquilo que acontecia.

Havia episódios, às vezes, ridículos, de entrar uma cabra, ou um bicharoco qualquer, ou de haver um conjunto de funcionários civis que vinham mudar as lâmpadas, o que não tinha sido atempadamente comunicado e, portanto, o acesso aos paióis ter sido restrito, limitado e feito segundo um normativo. Isso era-nos reportado. Mas não me lembro de nenhum reporte relativo a uma intrusão ou a uma tentativa de intrusão.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Cada Unidade, no fim do seu, diremos, módulo de serviço, apresentava um relatório final, onde reportavam todos os factos que julgavam importantes.

Alguma vez — e uma vez que era uma preocupação — referiram nesses relatórios, expressamente, a existência das dificuldades acima referidas: a ausência dos meios de vigilância audiovisuais ou a insuficiência de efetivos? Estes factos foram, alguma vez, inscritos no relatório?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Relativamente aos meios audiovisuais, oportunamente e recorrentemente. Relativamente aos efetivos, não tive nenhum flagrante que me dissesse que os efetivos não permitiam o cumprimento da missão.

Portanto, eram justos, eram apertados, exigia um esforço redobrado, se calhar mais desgaste do pessoal, mas não tenho, não recordo nenhum

relatório flagrante que dissesse que, com aqueles efetivos, não se conseguia cumprir a missão.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — O Sr. Comandante diz que o problema dos paióis de Tancos já era conhecido e que já se arrastava há bastante tempo.

Alguma vez, no seu período de comando, e tendo em conta, até, essas preocupações, se deslocou aos Paióis Nacionais de Tancos para avaliar, *in loco* e pessoalmente, essas dificuldades ou factos novos que tenham sido reportados nos relatórios?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**:
— Várias vezes.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Constatou, de facto, essas dificuldades e fez sugestões para que fossem melhoradas às chefias superiores?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**:
— Obviamente que sim. Obviamente que sim.

Algumas sugestões são subliminares. Quando digo que o sistema não está a funcionar, estou a dizer, indiretamente, que ele tem de ser substituído. Quando digo que é importante ter determinado sistema operativo e se ele não está operativo é porque, é óbvio, há necessidade da sua utilização.

Fui lá constatar, fui várias vezes aos paióis de Tancos. Devo dizer que não entrava nos paióis de Tancos de forma fácil, tinha de me fazer anunciar, porque havia um protocolo, relativamente às entradas. Mas, como mandei elaborar memorandos específicos, relativos ao estado das instalações e às limitações que se verificavam, obviamente, fui verificar se aquilo que estava a reportar tinha eco e era preciso.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — E alguma das sugestões que fez foi efetuada?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Efetivamente, sim.

As condições de habitabilidade que existiam nos paióis eram deploráveis quando assumi funções e houve um conjunto de obras e de melhorias significativas que foram produzidas e a que depois assisti à sua realização e concretização, acompanhando o comandante do Depósito, que as realizou.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Podemos então concluir que, ao longo do seu período de comando, foram feitas melhorias, quer nas instalações, quer dando maior possibilidade de cumprir o seu papel com eficiência e eficácia?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Efetivamente, sim. Também me parece adequado dizer que houve outras que tardaram; houve outras que tardaram.

Mas a sensibilidade que tínhamos era a de que era mais fácil acorrer a determinado tipo de insuficiências do que a outro. O próprio comandante do Depósito Geral de Material de Guerra não dispunha — e eu senti isso por contacto direto —, por vezes, dos orçamentos necessários para fazer face a algumas das limitações que eram assinaladas. Por exemplo, as mais importantes, nomeadamente a rede, o arranjo da rede do perímetro dos paióis, o sistema de vigilância, os sensores de movimento, eram alterações ou melhorias bastante onerosas.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Podemos também concluir que, durante o seu período de comando, não sentiu que a insegurança e a falta de vigilância

dos meios, que aqui foram referidos, lhe tivesse causado uma preocupação que justificasse, por exemplo, uma reunião entre todos os comandantes, para poderem fazer uma reivindicação mais forte para a resolução desses problemas?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Nas Forças Armadas, e no Exército, temos um *modus operandi* que não se trata com reuniões entre coronéis. Trata-se, resolve-se, numa interação com a entidade que tem responsabilidade. E quem tem responsabilidade é a Brigada de Reação Rápida, porque é a entidade que faz a coordenação, que supervisiona e que determina a ligação à mesma.

Portanto, isso aconteceu com cada um de nós. Dizer que fazemos os três, ao mesmo tempo, ou fazer cada um *de per si*, parece-me irrelevante, desde que essa chamada de atenção, desde que esse reporte seja oportuno e chegue ao escalão devido.

Penso que a eficácia é isso, é cumprir com aquilo que é determinado. E aquilo que era determinado era produzir os relatórios, conforme referi. Eles não escamotearem a verdade, e penso que todos os comandantes tinham essa preocupação, e, portanto, nunca faltou aos escalões acima do Regimento informação que lhes permitisse gerir a situação da melhor forma. E também tenho a sensibilidade de que a própria Brigada fazia os seus relatórios e os mandava para cima. Nunca vi a Brigada de Reação Rápida alheada deste tipo de problemas, devo confessar.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Alguma vez, durante o seu período de comando, as diretivas que recebeu para o serviço de segurança e vigilância foram alteradas?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**:
— Não me recordo de isso ter acontecido.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Desde o momento em que tomou posse até ao momento em que deixou o comando, as diretivas foram sempre as mesmas?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**:
— *Grosso modo*, direi que sim.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Alguma vez, durante o seu período de comando, ouviu, fez reflexão ou foi alvo de reflexão interna ou de alerta, até, porque às vezes aparece na comunicação social, a possibilidade de um furto de armas nos paióis de Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**:
— Quando garantimos a segurança, fazemo-lo porque poderá haver uma ameaça de intrusão e a ameaça de intrusão pode redundar num furto de material. Foi o que aconteceu.

Mas, conforme referi, não recordo, durante o meu período de três anos de comando, nenhum reporte flagrante — flagrante, portanto, efetivo — de uma intrusão. Não recordo nenhuma situação real que fizesse perigar um furto de material.

Não me recordo de isso ter acontecido e de ver esse reporte nem com a minha Unidade nem com os outros Regimentos. Não me recordo de isso ter acontecido.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Já agora, e só por curiosidade, Sr. Coronel, podia dizer-me como é que soube do furto das armas dos paióis de Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira:**
— Soube pela comunicação social.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — É curioso, porque é uma resposta comum a quase toda a gente.

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira:**
— Repare, hoje em dia, a comunicação social tem acesso à informação por vezes mais rápido do que a própria sombra. Portanto, parece-me que isso é um... Tem efeitos nefastos, também, mas é uma realidade.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Sr. Comandante, os portugueses desconhecem, muitas vezes, os procedimentos.

O Sr. Comandante pode descrever, com alguma exatidão, com a possível, um dia de trabalho da força de serviço de segurança e vigilância dos paióis? Desde o momento em que preparavam o serviço na sua Unidade até ao momento em que chegavam aos paióis, que procedimento é que tinham com as outras Unidades que lá estavam: o número de rondas efetuadas, se eram apeadas ou montadas? Enfim, pode descrever tudo o que julgar pertinente para que os portugueses possam compreender bem como é que aqueles oito soldados lá chegavam e articulavam todo o seu serviço?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira:**
— Um serviço desta natureza normalmente começa por um *briefing* da entidade mais graduada a quem é cometida a missão, neste caso, o sargento nas operações da Unidade. Portanto, ele procura o oficial de operações e, em ligação com ele, pede indicações particulares que haja, relativamente ao serviço.

O serviço é feito segundo um normativo. Portanto, há uma norma que regula os atos de serviço que devem ser materializados. Isso não significa que cada um dos graduados que é responsável pelo serviço não possa, de alguma forma, materializar um bocadinho a sua ação de comando e de coordenação, porque ela também existe.

O graduado de serviço deve ver o estado dos homens e dizer: «Não, agora é um período em que tenho de pôr alguns a descansar, senão depois eles não estão vigilantes» ou «agora é um período noturno, onde devo incrementar as rondas, porque a visibilidade é mais reduzida».

Mas, voltando à questão do Sr. Deputado, o serviço inicia-se com um *briefing*, com uma reunião inicial, onde são pedidas indicações particulares, etc.; o serviço cumpre-se segundo um normativo que define as horas de início e fim de serviço, as rondas a efetuar e as preocupações a ter, que devem ser materializadas pelo graduado, ou que o graduado, pelo menos, se deve certificar de que elas são materializadas — é esse o seu dever —, e depois cumpre-se, durante o período que está estipulado, que são as 24 horas.

Portanto, durante essas 24 horas, que me recorde, havia necessidade de manter, permanentemente, um controlo dos acessos à entrada do perímetro dos paióis e havia a necessidade de percorrer esse perímetro — ou a pé, ou de viatura, ou misto —, o que era normal acontecer, no sentido de garantir que não havia nenhuma violação do perímetro de segurança que, salvo erro, era composto por duas redes — havia uma rede mais abrangente e depois uma segunda rede que distava da primeira um conjunto de metros.

Portanto o graduado de serviço deveria zelar para que a atuação prevenisse esse tipo de ameaças. *Grosso modo*, era este o *modus operandi*.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Para terminar, o seu efetivo, que lá estava a fazer segurança e vigilância aos paióis, tinha algum conhecimento do

material que constava de cada paiol? E tinha acesso aos paióis que estavam a vigiar?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira:**
— Que me recorde, não.

O Depósito Geral de Material de Guerra era a Unidade que detinha responsabilidade física e administrativa sobre os paióis. As instalações estavam à sua responsabilidade e aquilo que se encontrava dentro dos paióis era controlado pelas entidades que sobre ele tinham responsabilidade.

Eu, seguramente, sabia aquilo que estava dentro do paiol que ocupava. Mas quem estava de guarda não tinha necessidade de saber o que é que se encontrava dentro dos paióis.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Para concluir, e peço uma resposta muito rápida, o Sr. Comandante tem consciência e pode afirmar que, durante o período em que comandou o Regimento de Paraquedistas, que fez segurança e vigilância aos paióis de Tancos, todas as medidas, toda a atuação, foi uma atuação segura e uma atuação adequada para cumprir o seu papel?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira:**
— Sr. Deputado, penso que desta maneira respondo: tenho a minha consciência perfeitamente tranquila.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Muito obrigado, concluí, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Vasconcelos, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Coronel, naturalmente já respondeu aqui a várias questões. Algumas fui já eliminando, mas é provável que se repita uma ou outra.

Sr. Coronel, confirma que era a Brigada de Reação Rápida que fazia os procedimentos de escalonamento dos militares de cada Unidade que tinha a função de vigilância aos Paióis Nacionais de Tancos. O que queria perguntar ao Sr. Coronel é se confirma isso e se essa escala por Unidade era feita de forma aleatória ou se havia uma regra rígida e se, ao fim de quatro meses, o procedimento seguia normalmente pelas mesmas Unidades ou se variava, por exemplo.

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Vamos lá ver: havia alguma rigidez, porque ela é determinada e calendarizada, não é?! Agora, a Brigada, quando o fazia, era, de alguma forma, recetiva a alguma alteração ao serviço de escala se fosse necessário. Ou seja, uma coisa é escalonar, durante um período de 12 meses, de um ano...

Normalmente os comandantes de Brigada produziam as suas diretivas com indicações específicas de como queriam que se cumprissem as missões e um anexo ou um apêndice dessa mesma diretiva dizia respeito ao serviço de segurança aos paióis. Nesse documento encontrava-se escalonado, ou seja, determinado, numa fita de tempo, quando é que cada uma das Unidades assumia esse papel e essa responsabilidade de segurança.

Posso dizer que isso não era 100% rígido porque, ao longo do ano, poderia haver acontecimentos que faziam com que uma Unidade tivesse um emprego particular. Conforme já procurei transmitir, nenhuma Unidade tinha por missão exclusiva a segurança aos paióis, portanto, cumpriam-na num conjunto mais abrangente de missões que lhes eram definidas e se houvesse um motivo relativamente a outra missão que entretanto surgisse e

fosse considerada prioritária, havia um arranjo entre as Unidades no sentido de uma substituir a outra para que esse *continuum* de segurança se produzisse.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, em cada ronda os paióis eram todos vistoriados? Quando os militares saíam para fazer a ronda, faziam-na a todos os paióis?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Sr. Deputado, as rondas eram terminadas pelo graduado de serviço. O graduado de serviço aos paióis tinha de assegurar que situações de intrusão eram devidamente identificadas, detetadas e barradas. Ele determinava a forma como as rondas se deveriam produzir. Elas deviam garantir essa finalidade e para garantir essa finalidade ele mandava fazer rondas apeadas, que são rondas mais demoradas e que podem ser mais detalhadas, como também mandava fazer rondas motorizadas, que são rondas mais rápidas e que, de alguma forma, complementam as outras. O grau de detalhe relativamente à ronda dependia das instruções que o graduado desse durante o período em que estava de serviço.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — O Sr. Coronel já disse que conhecia os paióis e, naturalmente, o conteúdo dos mesmos, foi o que percebi. Pergunto ao Sr. Coronel se visitava os paióis com alguma regularidade, de vez em quando ou uma vez por acaso, por exemplo.

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Não foi uma vez por acaso nem foi todos os meses, foi quando achei que havia necessidade de os visitar.

Conforme referi, quis assenhorar-me da situação vivida nos paióis, quis verificar *in loco* que aquilo que me era reportado era preciso. Produzi memorandos, que eu diria quase exaustivos, muito completos relativamente ao estado dos paióis e, ao mandar elaborar esses memorandos, quis certificar-me de que a informação que transmiti ao meu escalão superior era precisa. Senti necessidade, não me recordo exatamente do número de vezes, de ir aos paióis.

Como fruto desse conjunto de informação relatada verifiquei algumas melhorias em alguns aspetos dos paióis. As condições de habitabilidade, etc., foram melhoradas e acompanhei a entidade que assumiu essa responsabilidade no sentido de verificar que efetivamente as lacunas, por mim identificadas, eram colmatadas e os trabalhos eram ajustados àquilo que tinha relatado. Portanto, acompanhei pelo menos uma vez o comandante do Depósito — penso que mais do que uma vez — no sentido de verificar se os trabalhos efetuados correspondiam efetivamente àquelas que eram as necessidades.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Conclui-se que o Sr. Coronel entrava nos paióis desde que entendesse, desde que precisasse, desde que necessitasse.

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Sr. Deputado, isso não é verdade. Entrava no complexo dos paióis quando sentia a necessidade de verificar as situações que já referi. Nunca entrei em nenhum paiol, nem no meu, não senti essa necessidade. Quem o fazia era o meu oficial de logística que me reportava o estado dos paióis.

Lembro-me de que a minha Unidade foi auditada e teve uma inspeção-geral, que é uma inspeção que verifica tudo: os procedimentos todos, financeiros, o *modus operandi* e o cumprimento das missões, etc. Portanto,

durante um conjunto de dias somos visitados por uma equipa que nos audita. Foram aos paióis, acompanhados pelo oficial de logística, estava tudo em condições. Mas dentro dos paióis não me era autorizado entrar, não é?! Eu só tinha, por assim dizer, a ocupação de um deles e nesse não vi necessidade de entrar.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — O Sr. Coronel sabia a que Unidades militares estavam destinados os paióis ou qualquer Unidade ou todas as Unidades podiam ter acesso a esses mesmos paióis?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Sr. Deputado, o acesso ao complexo dos paióis era controlado, não era qualquer pessoa que entrava. Havia um conjunto de funcionários que lá operava e um conjunto de militares que exercia a salvaguarda da segurança, conforme foi referido. Direi que aquilo que era comum era as Unidades que tinham lá meios materiais à guarda utilizarem os paióis. Nós dirigíamo-nos aos paióis quando havia necessidade de ir buscar material que estava no paiol que nos era adstrito e acredito que as outras Unidades que tivessem lá material ou que lhes fosse determinado o levantamento de algum material o fizessem de igual maneira.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — O Sr. Coronel sabia que, dentro dos paióis, se encontravam espaços, portas, com material de guerra, mas que outros se encontravam vazios? Sr. Coronel, no seu tempo, quando comandou a Unidade, isso era assim ou todos os compartimentos dos paióis estavam ocupados com material de guerra?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Sr. Deputado, não tenho informação que me permita responder-lhe

cabalmente. Eu sabia o que tinha no paiol que utilizava e não era do meu conhecimento o conteúdo das outras instalações.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — No âmbito da comunicação social, tivemos acesso à informação de que os paiolins foram alvo de furto, nomeadamente o 14 e o 15. A porta *B* do paiolim 14, que estava vazio, encontrava-se selada e a porta *C* do paiolim 15, também vazio, estava fechada com cadeado, com corrente e selada. Isto é normal? O espaço vazio, destinado a armamento de guerra, estar com cadeado, com corrente e estar selado? É normal isto acontecer nas instalações militares?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Sr. Deputado, não sou a pessoa mais indicada para lhe dar essa resposta.

Quer dizer, sei que estas infraestruturas têm normativos relativamente até ao tipo de portas e ao tipo de fechos que têm. Essa é uma noção que eu tenho.

Quando fui auditado, conforme foi dito, lembro-me que essa equipa que auditou o Regimento e os procedimentos se deslocou aos paióis para ver a forma como se encontrava acondicionado o material que detínhamos nessa instalação, bem como as portas, e se tinha para-raios ou não tinha.

Há um normativo. Nas instalações militares, quando o material se encontra guardado, há um normativo relativamente à forma como deve estar guardado e, portanto, a mim parece-me normal que as infraestruturas que têm material dentro estejam devidamente fechadas, não é?! Agora, não posso ir para além desta observação, Sr. Deputado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — De acordo com alguns documentos oficiais que chegaram à Comissão de Inquérito, o Comando das Forças Terrestres (CFT) procedeu a uma reestruturação dos efetivos de segurança

aos Paióis Nacionais de Tancos em 2007, reduzindo os militares que eram bastantes, à volta de 34 soldados, mais 4 cabos, 5 sargentos, 1 oficial, 44 militares, para os tais 8, efetuando uma redução muito grande. Quando o Sr. Coronel assumiu o comando da Unidade que tinha a responsabilidade pela segurança dos paióis, durante esses períodos estipulados tomou conhecimento de que tinha havido essa reestruturação em 2007?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira:**
— Sr. Deputado, é afirmativo. É verdade. Quer dizer, tinha conhecimento, em termos de antecedentes, que em determinada altura tinha sido determinado esse efetivo. Agora, penso que, em abono da verdade também, haveria de se fazer um exercício rigoroso para ver como era escalonado esse conjunto de militares, porque dos 44 militares, não sei se todos faziam serviço no mesmo dia. Isso não é provável, não é?! Isso não é provável.

Portanto, porventura, o escalonamento desses militares... Em termos de procedimento militar, temos um período de descanso e um período de atividade e eu não acredito que esse efetivo estivesse todo ele permanentemente empenhado na segurança dos paióis.

Não me vou alongar mais sobre isso, mas haveria de se fazer um exercício para se saber efetivamente, desse efetivo de 44 militares, quantos é que diariamente estavam escalonados para o serviço de segurança aos paióis.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — E quando tomou conhecimento dessa reestruturação, o Sr. Coronel ficou preocupado ou achou que era normal? Pergunto se, enfim, informou os responsáveis superiores relativamente a essa situação.

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Sr. Deputado, conforme já referi, a realidade que encontrei reporta a 2013 e a situação que o Sr. Deputado identifica reporta a 2007. Portanto, há um período de tempo significativo e a realidade real — perdoe-me o pleonismo, a redundância — era completamente diferente quando assumi responsabilidades relativamente ao paiol de Tancos. Tínhamos esse referencial como um referencial longínquo, mas, no dia-a-dia, constatávamos a outra realidade.

Conforme referi, nunca tive — que me recorde — nem os meus camaradas que comandavam os outros Regimentos, nenhuma situação flagrante que fosse reportada e que até fosse motivo de uma coordenação direta da Brigada de Reação Rápida relativamente a violações do perímetro de segurança. Não me recordo.

Recordo-me, efetivamente, de alguma preocupação por parte dos comandantes, porque, não havendo meios complementares de vigilância, aquilo que era exigido a 8 homens num perímetro tão vasto levava a um desgaste maior e dava-nos algumas preocupações, como é óbvio. Elas não deixaram de ser reportadas e, portanto, este era o estado da arte durante o período que eu comandeie e que assumi essa responsabilidade.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — De acordo com o documento que há pouco referi, o relatório sobre Tancos do Ministério da Defesa Nacional, lá está escrito que os sensores foram desligados logo no ano 2000 por se terem tornado ineficientes e em 2006 o sistema de videovigilância também foi considerado obsoleto. Depois, mais à frente, em 2012, o sistema de videovigilância foi considerado mesmo inoperacional, irreparável e classificado efetivamente como obsoleto.

Mas depois há mais um conjunto de referências sobre diversas lacunas nas estruturas: as fechaduras que não tinham os requisitos de segurança

exigidos, a rede de segurança periférica que se encontrava degradada, a casa da guarda que, inclusivamente, não tinha comunicação de rede fixa nem existiam meios de comunicação. Portanto, o Sr. Coronel confirma tudo isto?!

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira:**
— Confirmo e recordo o reporte superior desse conjunto de deficiências que assinalou.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — O Sr. Coronel sabe em que consiste o projeto SICAVE (Sistema Integrado de Controlo de Acessos e Vigilância Eletrónica)?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira:**
Sr. Deputado, não sou a melhor pessoa para lhe responder. Relativamente a esse processo tenho uma consciência longínqua. Sei que é um projeto, escalonado no tempo, que visa dar um conjunto de capacidades ao Exército com materiais que são adquiridos, mas não sei em particular em que é que ele consiste e, portanto, não me vou alongar muito mais para não errar.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, o Sistema Integrado de Controlo de Acessos e Vigilância Eletrónica envolvia o sistema integrado e global, em termos de videovigilância do Exército. Mas, de qualquer modo, ainda gostava de insistir um pouco neste aspeto.

Foram feitos diversos contratos no âmbito do SICAVE em 2015 e 2017 envolvendo uma verba assinalável, à volta de 400 000 € Por exemplo, o de 2015 tinha quatro Unidades contempladas, nomeadamente, o Quartel de Sapadores de Lisboa, o Quartel n.º 2 da Amadora, o Quartel da Serra do Pilar, em Vila Nova de Gaia, a Escola de Armas, de Mafra. Em 2015, houve outro contrato que envolveu a Direção de Comunicações e Sistemas de

Informação, em Lisboa e ainda, no final de 2015, houve novos contratos que se dirigiram à Orquestra Ligeira do Exército, Centro Militar de Eletrónica, em Paço d'Arcos, e para o Estado-Maior do Exército.

Em 2016, não temos referência de qualquer contrato. Em 2017, foi feito um novo contrato dirigido ao Regimento de Artilharia n.º 5, em Vendas Novas.

De qualquer modo, tendo em conta a sensibilidade de uma infraestrutura como a dos Paióis Nacionais de Tancos e da sua segurança, o Sr. Coronel nunca teve conhecimento, nunca falou com ninguém sobre estes projetos que foram operacionalizados e cujos contratos foram feitos? Por que razão, por exemplo, nenhum deles se dirigiu à segurança dos Paióis Nacionais de Tancos? Isto sabendo-se a degradação do sistema...

Ainda há dias a Comissão de Inquérito se deslocou a Tancos e constatou *in loco*, efetivamente, a degradação de todos os sistemas.

Pergunto ao Sr. Coronel se efetivamente não tomou conhecimento, não ouviu falar de qual a razão pela qual nenhum destes contratos foi direcionado a Tancos. Pode explicar um pouco mais o assunto?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**:
— Sr. Deputado, lamento não poder dar grande ajuda.

O projeto SICAVE não era do meu conhecimento. Tenho alguma noção longínqua, conforme referi. A sua gestão não me foi cometida, nem a toquei em termos de funcionamento e de responsabilidade e, portanto, não me vou alargar, porque o desconheço.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, no âmbito do furto a Tancos, foram exonerados cinco comandantes das Unidades militares pelo então Chefe de Estado-Maior do Exército (CEME). O Sr. Coronel considera que teria sido uma decisão acertada?

Segunda questão: o Sr. Coronel ouviu, teve conhecimento, nos meios militares, do Exército e, quiçá, até, dentro das Forças Armadas, se havia descontentamento sobre esta situação? Ouviu críticas?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira:**
— Sr. Deputado, como deve calcular, não fui exonerado e já não me encontrava em funções quando o furto se deu, portanto não acompanhei de perto essa situação.

Chegou-me ao conhecimento o motivo. Penso que o coronel que aqui esteve antes de mim, que foi um dos coronéis exonerados, explicitou o fundamento relativo à exoneração e, portanto, relativamente a isso não tenho mais a dizer, porque ele reportou-o na primeira pessoa e é o melhor conhecedor da situação. Eu não a vivi.

Os motivos ou o fundamento relativo à exoneração penso que já foi comunicado por quem o viveu na primeira pessoa. Portanto, não me vou alongar mais relativamente a isso.

Relativamente a algum mal-estar que essa decisão possa ter gerado, posso dizer-lhe que sim, que houve mal-estar.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, confirma também que o mal-estar teria aumentado com a demissão dos dois oficiais-generais a seguir? Teve conhecimento de alguma movimentação de descontentamento no foro militar e sobre a eventual preparação de uma manifestação ali junto ao Palácio de Belém? O Sr. Coronel teve conhecimento disso?

Pergunto também se esse mal-estar se agravou com a demissão dos dois oficiais-generais.

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**:
— Sr. Deputado, não tenho dados que me permitam cabalmente fazer essa afirmação.

Que houve mal-estar relativamente à demissão dos cinco coronéis, pude constatar. Se o facto de haver dois oficiais-generais que, pela sua demissão, agravaram essa situação, não tenho dados para o poder, com rigor, afirmar. Estou ciente da manifestação que foi veiculada, mas também não posso aquilatar do grau de adesão que ela teve no seio do Exército.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Grupo Parlamentar do CDS-PP. Tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, antes de mais, queria começar por cumprimentar, em nome do CDS, o Sr. Coronel Vasco Alves Pereira e sublinhar também o papel do Regimento de Comandos, nomeadamente na República Centro Africana, como já aqui foi mencionado.

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**:
— Não são os Comandos!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Perdão, o Regimento de Paraquedistas.

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**:
— Os Comandos são nossos rivais!

Risos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Peço desculpa. É verdade! É alternado, é alternado!

Queria começar por fazer algumas perguntas na sequência, aliás, de algumas que aqui já foram sendo feitas.

O Sr. Coronel disse-nos que fez um relatório de posse de comando — e aqui se percebe também a nossa confusão — em que teria mencionado a questão de Tancos.

Não temos aqui o relatório da posse de comando do Sr. Coronel, uma vez que não foi requerida a sua presença pelo CDS, mas temos o relatório da posse de comando do seu sucessor. A minha pergunta é: como é que é elaborado esse relatório da posse de comando?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Sr. Deputado, vamos ver se sou competente nesse esclarecimento.

Um relatório de posse de comando é um documento que o comandante que assume funções faz *ab initio*, de alguma forma, para retratar a Unidade cuja responsabilidade de comandar assumiu.

Obedece a um articulado genérico, mas depois cada um pode particularizar. Como em tudo na vida, há sempre um cunho pessoal, porque, senão, as coisas eram todas iguais e, portanto, os relatórios de posse de comando podem diferir uns dos outros.

Vou-lhe dizer como é que fiz o meu: fiz um relatório de posse de comando articulado em duas partes, numa parte retrato a Unidade que recebo devidamente fundamentada pelos relatórios dos comandantes das SubUnidades que integram a minha Unidade. A Unidade é composta por um conjunto mais baixo de escalões de comando e solicitei a cada um desses escalões de comando, assim como solicitei aos oficiais que detinham funções de Estado-Maior, a saber o oficial de pessoal, oficial de operações, oficial de

logística, que retratassem o estado da Unidade para, baseando-me nesses factos, poder retratar a Unidade sobre a qual assumi o comando.

Numa segunda parte, ciente do estado da Unidade e do conjunto de missões e de atribuições que me eram superiormente definidas, dei indicações relativamente à forma como queria que a minha Unidade cumprisse a missão.

Penso que isso responde ao Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Responde, sim, Sr. Coronel.

Quem é que lhe transmitiu, então, dos seus oficiais, a preocupação relativamente aos paióis de Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Sr. Deputado, foi o oficial de operações. Mas já me encontrava em Tancos antes de assumir as funções de comandante da Unidade. Fui Chefe de Estado-Maior da Brigada de Reação Rápida durante quatro anos.

A situação relativa aos paióis já era sobejamente minha conhecida.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, relativamente ao seu sucessor, transmitiu-lhe algumas dessas preocupações?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Obviamente que sim. Tive uma reunião de passagem de testemunho, chamemos-lhe assim, salvo erro, superior a três horas. Lembro-me que ele tinha uma consulta nesse dia e faltou porque a reunião foi longa.

Mas deu-se a felicidade de o meu sucessor, o Sr. Coronel Peixeiro, me ter substituído enquanto Chefe de Estado-Maior da Brigada, portanto

também conhecia sobejamente a situação relativa aos paióis de Tancos. Foi uma particularidade.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Coronel.

Há uma interrogação com que não posso deixar de ficar: disse que fez vários memorandos que transmitiu superiormente e que transmitiu ao seu sucessor essa mesma preocupação, mas, no relatório da posse de comando do seu sucessor, embora seja vincada a escassez de pessoal como comprometendo a missão, nunca é especificamente citada a situação dos Paióis Nacionais de Tancos.

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Sr. Deputado, o meu sucessor saberá responder obviamente com mais precisão. Não quero, de maneira nenhuma, estar a ceifar terreno alheio, porque posso cometer algum erro.

Mas posso ajudar o Sr. Deputado a pensar, se me permite a ajuda. Repare: a situação relativa aos paióis de Tancos era recorrente; as pessoas conheciam-na e o facto de a conhecerem, na minha opinião, não releva nenhuma menoridade relativamente a essa missão ou menor atenção relativamente à sua importância. Releva que já era conhecida.

Mas convém também, de alguma forma, explicitar o seguinte: os paióis de Tancos e a sua missão nem sequer faz parte da minha missão ou da missão prioritária do Regimento de Paraquedistas.

Portanto, a mim parece-me mais curial que o comandante, quanto faz a análise relativamente à missão que recebe e dá as orientações que considera mais convenientes, espelhe aquilo que é mais substantivo, não o mais importante, mas o mais substantivo em termos do que é a sua missão primária.

Dito isto, não significa que não faça menção relativamente à responsabilidade sobre os paióis ou que não a particularize. O exemplo que dei, penso, retrata um bocadinho isto: assumi, conforme referi, no dia 30 de outubro o comando do Regimento de Paraquedistas. O meu relatório de posse de comando, salvo erro, data de 20 ou 21 de janeiro, se a memória não me falha. É um período fora daquilo que é normal na apresentação dos relatórios de posse de comando, uma vez que eles são apresentados, por regra, ao fim de um mês. Logo, o comandante tem, grosso modo, um mês para retratar a situação da sua Unidade.

Considerarei que precisava de mais tempo, solicitei-o superiormente e foi-me concedido, designadamente porque o meu segundo comandante não assumiu funções quando eu as assumi e achei importante que o meu n.º 2 me ajudasse a retratar e a conhecer também o estado da Unidade. Ele não era uma visita, era uma parte integrante e tinha uma função de responsabilidade.

Portanto, faço o relatório de posse de comando um pouco mais tarde, mas achei que a missão aos paióis, não se encontrando retratada na minha missão primária, deveria ter, porque era minha conhecida, um tratamento individualizado e fi-lo porque justamente quando assumi o comando estávamos a assumir essa responsabilidade, ou seja, tínhamos essa incumbência desse mês de segurança, logo retratei-a num relatório à parte.

O meu sucessor, obviamente, poderá explicar com mais precisão aquilo que o motivou. Não sei se respondi ao Sr. Deputado, mas quis ajudar.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, a dedução que faz é a de que o seu sucessor se terá concentrado essencialmente naquilo que considerou que era crítico, que era a falta de efetivos, e, por essa mesma razão, terá focado o relatório nesse ponto. É isso?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira:**
— Sr. Deputado, não li o relatório do meu sucessor. Baseando-me nas suas afirmações, penso que ele relevou aquilo que lhe pareceu mais importante para integrar o seu relatório de posse de comando.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, se me permite, há algumas questões que precisávamos também que nos ajudasse a perceber.

Como sabe, na sequência do sucedido em Tancos, foi determinado um processo de averiguações pelo Sr. Chefe de Estado-Maior do Exército de que temos as conclusões. São detetadas algumas situações que merecem comentário e observações. Uma delas é a de que as Unidades não testaram, nem efetuaram treinos específicos ou simulacros relativamente à segurança física nos Paióis Nacionais de Tancos. Confirma que assim é?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira:**
— As Unidades não testaram, nem...?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Efetuaram treinos específicos ou simulacros relativamente à segurança física nos Paióis Nacionais de Tancos.

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira:**
— Efetivamente, não me recordo de haver um simulacro relativo a uma situação, a um incidente qualquer que se injetasse relativamente aos Paióis de Tancos.

Já em relação aos treinos, parece-me mais duvidoso. Neste sentido, cabe à equipa que entra de serviço, se assim o entender, determinar algumas

ações que, de alguma forma, espelhem a prontidão ou o alerta dos homens que estão de serviço. Os graduados podiam fazê-las.

Contudo, de uma forma mais ou menos formal, isso já não posso responder.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — É também dito que os diferentes Regimentos que disponibilizavam estes efetivos não tinham uniformidade de procedimentos entre si, independentemente do estado das infraestruturas ou dos meios complementares de vigilância.

Confirma que assim é?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Sr. Deputado, precisava que detalhasse mais para poder ser mais preciso.

Não sei o que é entendido... Ou seja, é um bocadinho vaga essa afirmação. Seguramente deve reportar-se a situações concretas, mas, ao fazer a síntese, «perco um bocadinho o pé», porque não sei exatamente ao que é que se refere.

Que elas poderão não ser exatamente iguais, não me parece anormal, porque o cumprimento do serviço, assim como — permita-me a analogia — a elaboração do relatório de posse de comando, tem o cunho pessoal daquele cuidador. Porém, há um normativo a cumprir, pelo que terá de haver pontos de contacto relativamente à forma como é garantida a segurança: o controlo de acessos, as rondas que é necessário efetuar, o efetivo que é determinado, os meios que lhes são adstritos, o sistema de relatórios que devem realizar, o período de serviço...

Isto está tudo normalizado. Na minha opinião, são pontos de contacto entre o serviço de segurança aos paióis que era feito entre os distintos Regimentos, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Diga-me o seguinte: tem noção, enquanto esteve no comando, de ter havido alguma alteração relativamente a essas regras, a esses normativos de segurança?

É uma pergunta que sei já lhe ter sido feita.

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Não, senhor.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, a informação que temos é que no dia 21 de janeiro de 2016, quando ainda estava no comando, a UAGME teria atualizado o plano de segurança.

Não foi informado dessa atualização do plano de segurança?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Obviamente, fui informado, deve ter chegado, mas não recordo precisamente essa atualização em detalhe.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Portanto, não sabemos se essa atualização chegou a ser transmitida através do oficial de operações aos praças que procediam à fiscalização, a este controlo dos Paióis Nacionais de Tancos.

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Sr. Deputado, quase garantiria que sim. Porquê? É que o sistema de emanação de ordens tem, normalmente, um *report* contrário. Ou seja, quando é difundido determinado tipo de instruções, quem as difunde tem, depois, de acusar a receção e o procedimento.

Portanto, numa situação de alteração das condições de segurança, do normativo de segurança, acredito que isso tenha sido devidamente confirmado.

Se me pudesse materializar, se calhar poderia responder de forma mais precisa. Assim, dada a distância, não consigo ser mais preciso, perdoe-me.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, procurarei contextualizar.

Temos um relatório, que nos foi disponibilizado e que resulta de uma auditoria determinada pelo Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército e que deteta aquelas que são as fragilidades encontradas. Nessas fragilidades é apontado um conjunto de factos e, nomeadamente, em relação às responsabilidades, é-nos dito que a UAGME «atualizou em 21 de janeiro de 2016 o plano de segurança sem alterações significativas perante o estado das infraestruturas e dos meios complementares de vigilância», assim como potenciais riscos associados aos dos centros relacionados com o crime organizado e o terrorismo atual.

É-nos ainda dito que o «CFT manteve inalterado, até ao incidente, o efetivo fixado em 5 de janeiro de 2007 pelo comando operacional».

Houve uma atualização? Teve notícia dessa atualização? Resultou nalguma diretiva, nalguma alteração?

Sabemos que o efetivo se manteve o mesmo. Agora, se foram dadas mais instruções, se não foram dadas mais instruções...

Também queria perceber que controlo é que tinha, enquanto comandante da Unidade, relativamente àquela que era a informação que vinha da UAGME, como é que essas orientações, essas NEP (Normas de Execução Permanente), eram transmitidas a quem tinha a responsabilidade no terreno e, também, que fiscalização era exercida.

Penso que contextualizei aquilo que pretendia.

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**:
— Ajudou um pouco mais. Só tenho dúvidas em relação ao que é a «ADME».

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — A UAGME!

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**:
— Ah! O UAGME era um antigo depósito geral. É uma nova designação do depósito de material de guerra.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — É a antiga DGME (Depósito Geral de Material do Exército)!

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**:
— Agora é a Unidade de apoio de material geral do Exército, qualquer coisa assim. As designações vão mudando e nós tornamo-nos obsoletos. Estamos a ficar velhos!

Sr. Deputado, por vezes, as atualizações, na prática, não tinham uma alteração grande em termos de substância. Para ser preciso na resposta, não recordo nenhuma atualização, conforme a referencia, que tenha mudado substantivamente a atuação dos paióis. Não recordo. Estou seguro de que, se houvesse, recordaria.

No entanto, quase lhe garanto, repito, quase lhe garanto que, se houve uma atualização que exigiu recomendações distintas ou maior grau de atenção, elas não deixaram de ser materializadas. Por defeito, é assim que funcionamos. O sistema funciona, há um *report* que é feito, há uma difusão que é feita, há o acusar da receção e há o informar que já foi materializado o novo procedimento.

Embora não recorde nada substantivo, estou quase seguro de que, se houvesse qualquer coisa significativa a modificar, ela teria sido materializada.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Percebo, Sr. Coronel, mas a questão é que uma das conclusões que acaba por ser retirada deste relatório é que houve falta de Unidade de comando, que se diluiu desde 2007 ao longo de 10 anos, pelo facto de as responsabilidades terem sido partilhadas por diversas forças.

Não havendo uniformidade de procedimentos, aquilo que procuramos apurar é que tipo de controlo era exercido, quem tinha a responsabilidade do comando, e, estando ela diluída, perceber que as Unidades não têm o mesmo comportamento, perceber quais eram os procedimentos e qual era o tipo de controlo feito relativamente à vigilância dos Paióis Nacionais de Tancos.

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Sr. Deputado, não querendo baralhar, querendo ajudar, a Unidade de comando não é posta em risco por haver cinco Unidades que materializam a segurança nos Paióis de Tancos.

O General Chefe que comanda o Exército não cumpre todas as missões no Exército e há Unidade de comando: ele determina e nós cumprimos. Não é?!

A Unidade de comando, quem comandava, quem determinava as missões, o escalão superior, era o Comando das Forças Terrestres. Quem supervisionava, coordenava e verificava era a Brigada de Reação Rápida. Quem cumpria era um conjunto de cinco regimentos. Não me parece que isso ponha em causa a Unidade de comando.

Se o Sr. Deputado me disser que era preferível termos uma única Unidade que assegure tudo, se calhar, dou-lhe razão. Mas isso não significa

que o facto de haver mais do que uma Unidade à qual é cometida essa responsabilidade materialize menor eficácia.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Só queria fazer uma precisão: é que quem diz isto não sou eu.

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**:
— Certo!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Quem disse isto foi o Oficial General instrutor que procedeu à auditoria ao que tinha falhado em Tancos.

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**:
— Sr. Deputado, estamos a exprimir opiniões. Obviamente o Sr. General que escreveu o relatório pode ter dados mais substantivos do que aqueles que tenho e que me permitem fazer este tipo de comentários.

O ideal, se me permite, seria a UAGME, ou o DGME, deter responsabilidade administrativa sobre as instalações e, concomitantemente, a responsabilidade física pela sua segurança. Isso seria ótimo, porque assim as deficiências tinham de ser por ele colmatadas e, portanto, teríamos uma única Unidade que respondia pelo completo, não é?!

No entanto, nem sempre as condições ideais são passíveis de serem executadas na vida, não é?! Portanto, o que não me parece é que, como é óbvio, seria desejável que essa missão estivesse efetivamente entregue a uma só Unidade. Vi alguma dificuldade na sua materialização em termos reais, daí a utilização da modalidade que foi empregue. Houve outras! Houve uma altura em que duas brigadas assumiram essa responsabilidade. Isto já foi uma evolução da situação.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Já agora, Sr. Coronel, em relação à segurança, sabemos que havia um sargento que tinha essa responsabilidade mas julgo que era o oficial de dia da Brigada que também tinha a responsabilidade de fazer a ronda.

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — É verdade, está correto.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Tem conhecimento se o oficial de dia tinha noção das NEP e se essas NEP estavam afixadas no gabinete do oficial de dia?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Essa é uma prática nas instalações militares, Sr. Deputado.

As NEP, normalmente, se há sítio onde existem é no gabinete do oficial de dia, porque ele substitui o comandante na ausência.

Nos períodos de atividade reduzida, depois das 17 horas, quando as pessoas abandonam a Unidade, é ele que assume a responsabilidade toda da Unidade. Portanto, é comum que no gabinete do oficial de dia se encontrem as normas de execução permanente relativas aos mais variados aspetos da vida da Unidade.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Para si, seria aceitável que o oficial de dia dissesse que não conhecia as NEP em relação à segurança dos Países Nacionais de Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — O Sr. Deputado está a fazer-me perguntas difíceis.

Não quero ser excessivo mas como não podemos dizer que desconhecemos a lei e não deixamos de pagar multas quando não cumprimos com as nossas responsabilidades... É que esse não é um argumento sustentável: o de um oficial não conhecer as normas de execução permanente da Unidade onde presta serviço. Parece-me frágil, essa afirmação.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Na sua Unidade, o Sr. Coronel garantia que esse conhecimento era adquirido por parte dos oficiais que dependiam de si, então.

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Sr. Deputado, na minha Unidade, o período de comando foi relativamente extenso, foram três anos. Até procedi à revisão de todas as normas de execução permanente, atualizei-as. Garanti que o Estado-Maior as atualizava, as conhecia, e, obviamente, fazia parte das minhas funções garantir que os oficiais cumpriam completa e prontamente as minhas determinações. Portanto, conheciam os normativos. Não vou pôr a mão no fogo e dizer que os cantavam ou que os sabiam de cor.

Também há normativos que conhecemos com mais detalhe através de consulta. Temos uma ideia genérica relativamente ao normativo: controlo de acessos, elaboração de relatórios, etc. Depois, no momento em que...

Não quero ser rigoroso demais mas um oficial de dia que entra de serviço, se tem dúvidas relativamente àquelas que são as suas atribuições enquanto oficial de dia, consulta a NEP e, ao fim de 10 minutos, tem uma ideia generalizada das suas atribuições. Se tem alguma dúvida, esclarece-a quando se apresenta ao comandante ou ao oficial de operações, duas entidades a quem o oficial de dia se apresenta. Em analogia ao sargento dos paíóis que se apresenta nas operações para receber instruções, o oficial de dia, normalmente, também vai às operações antes de se apresentar ao

comandante para se assenhorar de alguma informação relevante durante o seu período de serviço.

O oficial de dia tem a possibilidade de consultar as normas no gabinete. Se elas não se encontram no gabinete ou se não as encontrou, quando fala com o oficial de operações pode pedir algum esclarecimento ou pode pedir que lhe facultem determinada norma de execução permanente.

Já em último estágio, mas penso que seria vergonhoso para um oficial de dia perguntar ao comandante qual era a norma, pode tirar alguma dúvida com o seu comandante ou pedir alguma indicação mais precisa relativamente ao serviço que vai cumprir.

Não sei se respondi ao Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Respondeu sim, Sr. Coronel.

Vou fazer-lhe mais uma pergunta em torno deste tema: mas e se lhe respondessem «Eu não sabia nem fazia a menor ideia», o que é que o Sr. Coronel faria se alguma coisa tivesse corrido mal?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Importa-se de repetir, Sr. Deputado?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Se lhe respondessem «Eu não sabia nem fazia a menor ideia» e alguma coisa tivesse corrido mal, o que é que o Sr. Coronel faria?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Provavelmente abriria um processo disciplinar.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E tem ideia de qual seria a consequência?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — A consequência do processo disciplinar seria uma punição.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Coronel, por essa informação.

Queria passar agora a uma outra matéria, nomeadamente à questão dos efetivos e da diluição daquilo que aconteceu na uniformidade de procedimentos. No fundo, o facto de terem deixado de ser os 44 para passarem a ser os 6, já foi muito abordado. A informação que aqui temos, do Sr. Ministro da Defesa, é a de que teria havido uma redução de 75%, exatamente na mesma altura em que, admitamos, não estariam os 44 em funções ao mesmo tempo. Não vamos centrar-nos mais aí!

Não considera que houve alguma imprevidência quando se reduziu esse número, na mesma altura em que os sistemas avariaram, e que uma matéria que depende da autorização do Sr. Ministro da Defesa — como é, por exemplo, a realização de determinado tipo de despesas com uma vedação — tenha ficado, quer a videovigilância quer a vedação, para depois das obras relativamente à habitabilidade, que o Sr. Coronel nos comunicou que teria tido prioridade?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Sr. Deputado, deixe-me responder-lhe desta maneira: a diminuição de efetivos nas Forças Armadas e no Exército é uma realidade. Nunca encontrei...

Tal como referi, comandi o Regimento de Paraquedistas durante três anos, fui comandante da Brigada de Reação Rápida, no Estado-Maior,

durante quatro anos — que interrompi só para ir a Roma fazer um curso no Colégio de Defesa da Nato, voltando para mais dois anos de missão —, e nunca foi evidente para mim alguma falta de atenção ou algum menosprezo da segurança e do cumprimento das missões que eram cometidas à Brigada e aos regimentos.

Se havia preocupação? Havia.

Se era um assunto sério? Era.

Se a informação recebida era devidamente tratada e remetida superiormente? Era.

Portanto, não lhe poderei dizer que as fragilidades ou que as insuficiências reportadas por todos recorrentemente eram olvidadas. Seria errado fazê-lo!

Baseado neste primeiro conjunto de afirmações, diria que o efetivo, assim como o conjunto de outras lacunas que identificou e que mereceriam atenção, mereciam, de facto, atenção.

Entendo que as não modificações no efetivo decorrem, também, de limitações estruturais: falta de pessoal! Na minha própria Unidade, o serviço aos paióis era feito, por vezes, implicando um pior funcionamento noutras áreas, porque durante aquele período tinha de escalar aquele efetivo e de assegurar que aquela missão, que era uma missão sensível, era cumprida. Por vezes, ficava em segundo lugar — e digo isso no meu relatório de posse de comando — outro conjunto de atribuições que, se calhar, em termos de listagem das responsabilidades da Unidade até apareciam, à partida contraditoriamente, em primeiro lugar.

Quero acreditar, isto para ir ao encontro da sua pergunta, que as deficiências em termos de efetivos decorriam de questões de âmbito estrutural.

A diminuição de efetivos tem vindo a ser sentida e tem-se agravado, mas também sou franco relativamente à segunda questão: se, efetivamente,

era recorrente um conjunto de deficiências que poderiam colmatar a questão dos efetivos, parece-me ilógico não haver uma atenção relativamente à sua substituição ou a tornar operacional aquilo que não estava operacional.

Negá-lo não é racional!

As insuficiências repetiram-se durante tanto tempo, foram tão recorrentes e eram do conhecimento de todos os escalões — ninguém pode dizer que desconhecia que havia esse conjunto de fragilidades relativamente aos meios que deveriam estar operacionais e não estavam —, tanto assim queurgia uma atuação mais célere.

Penso que respondi à pergunta do Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado António Carlos Monteiro esgotou o tempo que lhe estava destinado.

Para terminar a primeira ronda, pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Machado, nos mesmos termos.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Coronel, queria cumprimentá-los a todos e agradecer ao Sr. Coronel pelas respostas dadas até aqui, que facilitam muito o meu trabalho.

Não vou fazer um exercício de repetição, porque seria um exercício escusado, mas queria fazer um enquadramento inicial e, depois, há algumas questões que, ainda assim, merecem ser colocadas.

Primeiro: a questão dos meios, que o Sr. Coronel coloca, é, efetivamente, uma questão que tem vindo a ser recorrente. Isto é, outros militares que vieram depor a esta Comissão de Inquérito abordam a questão da insuficiência ou da incapacidade de recursos humanos para assumir as múltiplas tarefas que o Exército e os diferentes ramos das Forças Armadas têm entre mãos.

Permita-me dizer, em tom de desabafo, que do ponto de vista da estrutura de topo, dos diferentes ramos, o que é transmitido aqui na Assembleia da República, e também, muito provavelmente, aos ministros da Defesa Nacional, é que nenhuma missão fica por cumprir; há a assunção de tarefas e de missões para as quais os ramos das Forças Armadas não estão propriamente vocacionados, como por exemplo nas questões dos incêndios com o patrulhamento de regiões.

Portanto, parece-me que se assumem responsabilidades para as quais os ramos das Forças Armadas não estão vocacionados — não foram treinados para aquilo! — porque, do ponto de vista do politicamente correto, a assunção dessas responsabilidades fica bem na fotografia. Depois, chegamos a este quadro em que se diz: «Não tínhamos recursos» ou «Tínhamos dificuldades de recursos para preencher tudo». Isto coloca problemas na defesa nacional, como é óbvio.

O Sr. Coronel referiu dois aspetos que acho fundamentais.

Disse que, face às insuficiências detetadas e que o Sr. Coronel reportou — e acho que este é o aspeto fundamental: o Sr. Coronel tinha uma determinada missão, cumpriu-a, detetou insuficiências e reportou superiormente essas insuficiências —, era preciso uma ação mais urgente para colmatar essas insuficiências.

Cá estaremos para analisar quem é que não tomou as devidas medidas e de quem é a responsabilidade, porque aí é que estamos a entrar no campo da assunção de responsabilidades. A sua responsabilidade termina na medida em que reportou superiormente.

Na primeira ronda de perguntas do Sr. Deputado do Partido Socialista, o Sr. Coronel disse que produziu relatórios e informações, aqueles que são habituais, mas depois disse uma coisa que não foi referida por nenhum dos outros Srs. Deputados. Disse que produziu relatórios e informações complementares! Isto é, para além daquilo que é o normal, habitual, no final

de cada mês, o Sr. Coronel tomou a iniciativa de produzir informações complementares, e a determinada altura refere «informações mais robustas».

Presumo que essas informações tenham sido produzidas por escrito e pergunto-lhe o que é que, no concreto, isto significa. O que é que era reportado de uma forma diferenciada e que, naturalmente, deveria fazer soar algumas campainhas no plano superior da estrutura hierárquica?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira:**
— Sr. Deputado, relativamente a isso, posso explicitar.

O que considero rotina ou habitual é aquilo que é definido e que é estritamente cumprido.

O que é mais robusto é um relatório que vai para além dos pontos que são definidos pelo escalão superior.

Lembro-me... obviamente que, depois, não posso estar sempre a fazer a mesma coisa, até porque os próprios relatórios perderiam significado...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — E credibilidade!

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira:**
— Credibilidade e significado! Mas, como era bem conhecedor da situação no outro patamar de responsabilidades — que assumi durante quatro anos e, de repente, mudei de «chapéus» e tornei-me comandante de um regimento —, quis materializar e vincar no novo âmbito de funções o arranque relativo à assunção de responsabilidades de segurança nos paióis de Tancos.

Poderá ter havido mais... escapa-me — fiz o trabalho de casa, mas também limitado ao acesso à informação —, mas recordo pelo menos dois relatórios que extravasaram aquilo que eram os relatórios normais, devidamente ilustrados e fundamentados, e que, na minha opinião, radiografavam bem a situação relativa aos paióis.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Coronel, percebemos... agradeço-lhe a clarificação, mas nesses dois relatórios adicionais onde, de uma forma mais cuidada transmitiu essas preocupações, no plano concreto, o que é que transmitiu? Isto é, quais eram as insuficiências? Eram de instalações, eram das vedações, era o número de soldados disponível para a tarefa face às condições materiais que tinha?

No plano concreto, o que é que foi reportado superiormente?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Exatamente isso que referiu. Até lhe posso recordar... Cheguei — e já o illustrei! — ao número de média de rondas que eram passadas durante o período de segurança dos paióis, e o relatório da Brigada não obrigava a isso.

Muni-me de um conjunto de informação, visitei os paióis e illustrei essa situação da melhor forma que podia e sabia, para ficar com a consciência tranquila de que o diagnóstico estava feito.

À partida poderá até parecer contraditório, mas posso dizer ao Sr. Deputado que o efetivo é suficiente. Digo-lhe que o efetivo é suficiente!

Poderia ser contraditório, mas não é, porque não me foi reportado que ele é insuficiente e, como tal, não tinha sustento para o dizer.

Se me perguntam: os homens descansavam menos? Provavelmente, sim! Saía-lhes mais do pelo? Provavelmente, sim! Mas não foi por falta de empenhamento que a missão não foi cumprida e também não me chegou nenhum relatório que dissesse que o efetivo era manifestamente insuficiente e que sustentasse essa afirmação. Portanto, em rigor, eu também não poderia dizê-lo.

Chegaram-me várias vezes informações — e recorrentemente afirmei — que uma área tão grande, com meios de deteção obsoletos ou inoperantes, dificultava a vida daqueles que aí prestavam serviço.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Essa questão dos meios de videovigilância ou dos sensores de movimento, que reporta, e, já agora, as questões das instalações e das condições físicas das vedações, foram reportadas neste segundo tipo de relatórios que fez?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Sr. Deputado, arrisco-me a dizer que foi reportada em todos os relatórios, e nesses também!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, não tenho muito mais questões. Perguntava apenas ao Sr. Coronel se é possível, do ponto de vista do seu comando hierárquico — embora esta Comissão tenha uma natureza diferente, com obrigações de reserva e de sigilo —, enviar à Comissão Parlamentar de Inquérito este segundo tipo de relatórios do seu arquivo pessoal. Não o tipo habitual, pois esses relatórios já estarão na posse da Comissão, mas o segundo tipo, ou seja, aqueles dois que referiu, em que relata essas situações de uma forma robusta.

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Sr. Deputado, os relatórios encontram-se na Unidade. Certifiquei-me de que se encontravam na Unidade.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, então, nesta medida, teremos de os requerer.

Orador não identificado: — E os respetivos despachos

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Exatamente.

Sr. Presidente, então, termino formulando um requerimento para que a Comissão proceda à requisição desses mesmos relatórios da posse de comando e também os respetivos despachos.

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Não são relatórios da posse de comando, são relatórios específicos relativos ao...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sim, mas o que está aqui em causa são estes dois relatórios que o Sr. Coronel referiu e, já agora, os despachos que incidiram sobre esses mesmos relatórios, porque são relevantes.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar início à segunda ronda, sugeriria apenas — sendo manifesto que o pedido do Sr. Deputado não pretende ser uma solicitação do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, mas sim uma solicitação da Comissão de Inquérito — que formalizasse esse pedido, o qual será depois objeto de uma deliberação do plenário da Comissão. Nessa altura, a Comissão Parlamentar de Inquérito deliberará e, subsequentemente, prosseguirá...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, nós concordamos com o CDS no sentido que a questão seja alargada também ao relatório de início de funções.

O Sr. **Presidente**: — Exato! O Sr. Deputado Jorge Machado formalizará esta questão e pronunciar-nos-emos em função do requerimento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria apenas saber se o Sr. Presidente aguarda um requerimento escrito formal que inclua tudo, ou não?

O Sr. **Presidente**: — Um requerimento que inclua os termos do pedido e, depois, a Comissão Parlamentar de Inquérito deliberará. O Sr. Deputado, nesse momento, estará perfeitamente à vontade para suprimir qualquer...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Perfeitamente! Sr. Presidente, quero apenas que fique claro que, do nosso ponto de vista, fará sentido provavelmente requerer também os relatórios da posse do comando dos Srs. Comandantes de Unidades, o que não está ainda requerido e, portanto, ou o faremos nós ou...

O Sr. **Presidente**: — Exatamente! É precisamente para ficar tudo claro e que a deliberação será da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Vamos dar início à segunda ronda. Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Gomes.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, cabe-nos a nós começar a segunda ronda, pela ordem normal.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada chama-me a atenção, tem razão e penitencio-me por isso.

Tendo sido requerido exclusivamente pelo Partido Socialista, nos termos acordados, compete-lhe o início da primeira ronda, mas as rondas subsequentes seguem a ordem normal.

Como sabem, nesta segunda ronda cada grupo parlamentar tem cinco minutos para intervir e o Sr. Coronel terá a amabilidade de só responder no final.

Tem a palavra o Sr. Deputado Leonel Costa, do Grupo Parlamentar do PSD. Faça favor.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Sr. Presidente, quero, antes de mais, começar por cumprimentar o Sr. Coronel.

Entendemos que a algumas questões, pela sua sensibilidade, naturalmente não poderá responder, e também percebemos que, em questões de opiniões pessoais, tenha algumas reservas em o fazer, sobretudo porque não estava no exercício do comando há data dos factos.

Mesmo com estas condicionantes, o PSD quer aproveitar para agradecer e reconhecer a disponibilidade que até agora manifestou de responder a todas as questões que lhe são colocadas e de, realmente, nos ajudar no esclarecimento dos factos.

O meu colega Deputado Rui Silva já o referiu, mas tenho de voltar a referir que a sua audição não foi requerida pelo Grupo Parlamentar do PSD, porque, como já disse, não estava no exercício do comando à data dos factos.

Foi requerida, sim, pelo Grupo Parlamentar do PS. Percebemos que o objetivo do PS é tentar alargar o âmbito da incidência dos factos ao passado, para antes do seu Governo, mas, nesta lógica, temos algumas dificuldades em perceber porque não requereu o PS a audição dos comandantes em exercício do comando em Tancos, à data de 2007. Isto porque foi nesse ano, em 2007, que se verificou a redução do número de efetivos responsáveis pela vigilância dos paióis em cerca de 75%. Não sou eu que o digo, este é um documento oficial do Ministério da Defesa chegado aqui ao Parlamento, em março de 2018, que diz precisamente isto.

Portanto, só para enquadrar um pouco a sua chamada aqui, e só para que eu não tenha alguma falta de informação eventual, pergunto-lhe se, em 2007, exercia o comando nos Paióis Nacionais de Tancos.

Depois, importa colocar aqui algumas questões. Em resposta ao Deputado Jorge Gomes, há bocado, disse que os Paióis Nacionais de Tancos estavam degradados e fez verter isso em vários relatórios.

Mas tenho de o questionar para que possa esclarecer se essa degradação sucedeu no seu período de comando, ou se já se verificava *ab initio*. Posso concluir que se verificava desde o início — e pergunto se realmente posso tirar esta conclusão — quando diz que a identificação das deficiências era recorrente.

O Sr. Coronel disse também há bocado que soube do furto pelas notícias. Tentou até, de certa forma, relativizar um bocadinho este aspeto, que a mim pessoalmente me parece um pouco caricato.

Se, no seu caso, isto até se possa justificar, uma vez que não estava no exercício do comando da vigilância dos Paióis Nacionais de Tancos, na semana passada, tivemos cá o Coronel Francisco Duarte que disse que também soube pelas notícias.

Até já tivemos cá a Secretária-Geral do SIS (Sistemas de Informações de Segurança) e também o Diretor do SIRP (Sistema de Informações da República Portuguesa), que dizem todos que tiveram conhecimento pela mesma forma, ou seja, pelas notícias.

Por isso, questiono se é normal que seja assim? Aos olhos do cidadão comum não me parece que seja normal.

Questiono-o para saber o que é que falhou e qual seria então o procedimento normal nestes casos para que altas patentes militares não tenham conhecimento pelas notícias.

Penso que todos reconhecemos que algo aqui falhou e, de facto, o objetivo do PSD nesta Comissão Parlamentar de Inquérito é tentar identificar aqui algumas fragilidades e melhorá-las.

Já falámos aqui bastante sobre o nível de segurança antes da ocorrência do furto mas, aproveitando-me dos seus conhecimentos, e pedindo um bocadinho, não a sua opinião, mas o entendimento dos factos, com a ocorrência do furto, portanto, no pós-furto, não seria normal a alteração do nível de segurança e de ameaça?

O Público noticiou que até já havia suspeitas de ameaça anteriores ao furto — é uma notícia, não sabemos até que ponto é que é verdade — mas não teria a estrutura militar de saber deste facto e assim alterar o nível de segurança? Se fosse no seu período de comando, não foi, mas se fosse, se puder fazer este exercício e este raciocínio para nos ajudar, por quem seria normal tomar conhecimento da ocorrência do furto?

É só, Sr. Presidente. Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Jorge Gomes, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Coronel, o sistema de sensores foi desligado em 2000 e, depois, o sistema de videovigilância, que foi considerado obsoleto, foi desativado também em 2012.

Gostava só que fizesse uma análise do que terá sido a opção pela videovigilância ser instalada no edifício da orquestra do exército e não em Tancos, por exemplo, para vermos as razões destas opções.

A ausência de videovigilância contribuiu para a fragilidade e para o roubo?

A fragilidade estrutural dos paióis, as janelas sem grades, uma fechadura e um aloquete normais são formas reais de segurança e suficientes?

Não acha que há domicílios que têm melhores garantias de não intrusão do que as que tinham os paióis de Tancos?

Quem sabia da tipologia do material que estava em cada paiol?

Havia rotatividade dos funcionários civis que trabalhavam no paiol e rotatividade do material depositado?

Conhecendo a tipologia do material, pelo menos a que foi indicada pela comunicação social, qual a dimensão do material em metros cúbicos?

Qual a perigosidade do material, que utilização lhe pode ser dada no uso público? Relaciona este evento com o desaparecimento das armas da PSP?

Qual foi, na opinião do Sr. Coronel, o objetivo do roubo, tendo em conta as características do material existente naqueles paióis.

Sr. Coronel, na semana passada, foi dito nesta Comissão pelo Sr. Comandante do Regimento de Infantaria N.º 15 que não esteve em causa a segurança nacional. Em sua opinião, olhando para a realidade do material que se vende em estabelecimentos privados, o acesso àquele material e a sua validade, concorda com esta afirmação? Esteve ou não em causa, na sua opinião, a segurança nacional?

Outra questão é a seguinte: se o material estava obsoleto, porque é que o estavam a guardar nos paióis? Porque é que se guardava material obsoleto? Porque é que esse material não foi abatido?

Não podemos esquecer que, em 2012, um despacho do Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército era claro e concreto: destruir ou abater concretamente as granadas foguetes explosivas LAW (*light anti-tank weapon*) que foram exatamente as que foram roubadas. Ou seja, estamos a

falar de uma coisa que, já em 2012, estava obsoleta e com ordem de destruição.

De todos os comandantes que tinham a responsabilidade da segurança, quem tinha a responsabilidade da articulação entre comandantes? Perante uma situação crítica, era essa entidade responsável pelas falhas, faltas, irregularidades ou mesmo ilegalidades? Ou era cada um dos comandantes de turno? Ou seriam mesmo os responsáveis superiores das forças terrestres, brigada ou logística?

Considera errada a exoneração — já o disse — e depois a suspensão e, por fim, a reintegração dos comandantes de Unidades? Penso que essa resposta já foi dada.

Acha que é normal que, neste processo, todo o exército só tenha castigado dois praças e não tenha havido qualquer outro processo disciplinar a escalões superiores e que alguns dos superiores tenham até progredido na carreira?

O ex-Chefe do Estado-Maior do Exército disse na Comissão de Defesa que houve falhas de toda a hierarquia. Concorda, e em que medida?

Para já é tudo.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Jorge Gomes.

Segue-se, então, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasconcelos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Sr. General, tenho aqui mais três ou quatro questões.

Começaria também por referir o material considerado obsoleto, pelo menos de acordo com o que veio na comunicação social, e que já foi referido pelo Sr. Deputado anterior.

Pergunto-lhe se era frequente haver material obsoleto junto ao outro material nos Paióis Nacionais de Tancos. Com que regularidade o material de guerra depositado nesses paióis era considerado obsoleto e com que regularidade era retirado para abate, para ser descontinuado?

Pergunto-lhe também como se sabia que determinado material estava ativo e outro obsoleto e se eram feitos inventários regulares sobre esta situação. Para onde é que era levado esse material considerado obsoleto?

O Sr. General certamente tem conhecimento sobre o material que lá existia, de um modo geral, sobre o modo de funcionamento, o potencial destrutivo. Poderia descrever, mais ou menos, não digo de forma rigorosa, o potencial destrutivo do material que desapareceu dos Paióis Nacionais de Tancos?

Faço-lhe outra questão, para terminar, Sr. Coronel. De acordo com o que sabemos, o material considerado furtado nos Paióis Nacionais de Tancos é vasto, o que é público: 1450 cartuxos de 9 mm; 1 disparador de descompressão; 24 disparadores de tração; 22 bobines de fio para ativação por tração; 44 granadas de foguete antitanque; 18 granadas de gás lacrimogénio; 150 granadas de mão ofensivas, embora haja aqui uma discriminação; 264 Unidades de explosivo plástico; 102 Unidades de corte; 7 iniciadores; 30,5 lâminas KSL.

Em relação a isto, quero fazer-lhe apenas uma pergunta: considera que o valor de cerca de 30 000 euros de custo atribuído a este material é um valor normal, adequado, correto? É muito baixo ou é elevado?

Sr. General, é só isto. Não tenho mais questões.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro. Faça favor.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Agora sou eu, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, Sr. Deputado Temo Correia, não posso dar-lhe a palavra porque, como tem presente, o Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares determina que, na mesma reunião, o Deputado suplente, se exercer essas funções, exerce durante toda a reunião e, portanto, não há qualquer...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Não tenho nenhum inconveniente, Sr. Presidente.

É só porque, à partida, era eu que iria fazer as perguntas mas não o pude fazer. Fica só esse esclarecimento até por respeito pelo Sr. Coronel.

Tive de fazer uma intervenção em Plenário e, como tive de ir e voltar, agora retomaria mas, obviamente, cumpriremos a instrução superior de V. Ex.^a,...

O Sr. **Presidente**: — Não é... Agradeço a deferência pessoal mas...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — ... que resulta do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Não, da lei, até resulta da lei.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Aí está um problema que eu não tenho!

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro. Faça favor.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, face às respostas, e queria agradecer ao Sr. Coronel a forma como respondeu, com toda a franqueza, às perguntas que colocámos, há aqui um conjunto de interrogações com que ficamos.

Sabemos que a questão da falta de efetivos, como o Sr. Coronel sublinhou, era uma questão estrutural. Sabemos que as obras, que dependiam de um conjunto de autorizações de toda a hierarquia e que iam até ao próprio Ministro da Defesa, acabaram por não se realizar em tempo útil para evitar o que aconteceu em Tancos. Sabemos também — e esta é uma questão importante — que o destino a dar ao material que está obsoleto nas Forças Armadas não tem, neste momento, e é também uma matéria que depende, aliás, de uma empresa na dependência do Sr. Ministro da Defesa, resposta.

E, sabendo nós tudo isto, imagino que o Sr. Coronel também soubesse. A pergunta que queria fazer era: tendo conhecimento do estado em que estavam os Paióis Nacionais de Tancos, da falta de efetivos, de que não haveria as obras ou, pelo menos, que as obras não estavam a ser realizadas em tempo útil e de que não havia destino a dar esse material, alguma vez lhe ocorreu propor o encerramento dos Paióis Nacionais de Tancos, tanto mais que o Regimento de Paraquedistas tinha, pelo menos, um paiol e um paiolim afetos à sua atividade?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Coronel, tendo o Grupo Parlamentar do PCP prescindido de fazer perguntas nesta ronda, passo-lhe a palavra para responder.

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Sr. Presidente, a tarefa não é fácil. Vamos ver se consegui abarcar todas as questões.

Efetivamente, tenho um conhecimento vago da situação, atendendo a que a distância ao ano de 2007 é grande e que houve uma redução de efetivos. Penso que já respondi a esta questão, mas seria de relevar e era importante esclarecer até para que os Srs. Deputados possam ter uma ideia precisa do que é que significa a operacionalização dos 44 homens, em termos de serviço diário. Penso que isso é importante, porque, senão, estamos a comparar coisas que podem, à partida, parecer díspares mas que, na realidade poderão ser semelhantes.

Não tenho esse conhecimento e não consigo, com rigor, explicitá-lo, mas creio... Espero que não me levem a mal. No sentido de ajudar, por vezes, extrapolei um bocadinho e fiz exercícios de análise. Um exercício de análise com base na informação que tenho, que nem sempre é correta, pode ser erróneo, mas fi-lo sempre com a melhor das intenções que foi a de, de alguma forma, ajudar os Srs. Deputados.

Penso que era útil, para que saibamos o que estamos a comparar, fazer um exercício e ter uma noção do que é que significavam os 44 homens em serviço ao paiol de Tancos para que isso possa ser apreciado com maior rigor.

Efetivamente, quando assumi a responsabilidade pela segurança dos paióis, enquanto comandante de Regimento, havia um conjunto de degradações, de insuficiências que eram recorrentes no tempo e que foram motivo de relatório. Algumas delas conheceram melhorias, tal como referi, mais na parte administrativa e de vivência daqueles que lá prestavam serviço, mas houve outras que se mantiveram.

Entre elas, sublinharia o mau estado da rede periférica, a questão dos sensores de movimento e dos detetores de imagem. Estes, quando assumi a responsabilidade, já estavam degradados, estavam inoperacionais. A rede conheceu situações de algumas melhorias limitadas, mas o perímetro das redes tinha fragilidades relativamente ao seu estado.

Em relação à situação de ameaças, conforme referi, não recordo que nos fossem definidos estados de segurança com alterações significativas ao longo do tempo. Respondi a uma questão que me colocou o Sr. Deputado relativamente ao indício de que haveria intenção de alguém perpetrar algum assalto a uma instalação militar. Penso que essa questão é muito relevante. Aguardei, durante toda esta audição, que essa pergunta me fosse colocada porque tive situações semelhantes no passado em missões que cumpri a nível internacional.

Há organismos que têm como dever fazer essa análise, ou seja, que é sua responsabilidade primária obter, coligir informações no sentido de permitir que um estado de segurança, por um período específico, assumira outra gradação, mercê de uma informação relativa a uma intenção de ataque, falando em termos mais corriqueiros e vulgares.

Efetivamente, esse foi um assunto que chegou ao meu conhecimento pela comunicação social. Não me recordo, durante o período em que assumi responsabilidade, que isso alguma vez tivesse ocorrido, mas, de facto, foi um assunto que foi do meu conhecimento durante o período em que este incidente se verificou. Parece-me importante que as autoridades militares tivessem sido alertadas relativamente a essa situação — e respondo já à pergunta do Sr. Deputado.

Quanto ao conjunto de questões colocadas pelo Grupo Parlamentar do PS e se me parece mais importante fazer um investimento relativamente às condições de segurança da OLE (Orquestra Ligeira do Exército) vs paióis de Tancos, não tenho toda a informação.

O Sr. Deputado Jorge Gomes está a provocar-me...

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Não foi minha intenção!

... quando coloca essa questão. O senso comum diria que não, que não é racional. Mas não tenho o conjunto de informação que me permita responder cabalmente a essa questão e, portanto, confio na minha hierarquia quando determina prioridades no alocar de recursos, neste caso, financeiros, etc.

Por outro lado, também faltaria à verdade ao Sr. Deputado se dissesse que efetivamente o conjunto de insuficiências relativas aos paióis de Tancos não mereceriam uma solução mais pronta.

Sobre a tipologia do material, foi-me relatado, aliás, o Sr. Deputado ajudou-me e relatou o conjunto do material que foi furtado. Em relação ao valor, responderia já, não tenho uma noção do valor, porque uma coisa é o valor de mercado e outra coisa são valores de depósito. Ou são valores de material operacional ou são valores de material obsoleto. Não queria entrar por aí, porque são situações de detalhe que poderão levar a erro.

Se considero que o furto deste material é sério... Considero que é sério porque pode produzir danos assinaláveis.

Quando pergunta: o que é que é mais letal? Depende do seu grau de operacionalidade. As granadas... Muitas vezes, fala-se em roubo de armamento, de armas. É uma má informação da comunicação social, porque peca em precisão.

O Sr. Jorge Machado (PCP): — Em sentido técnico!

O Sr. Cor. Inf. Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira:
— Em sentido técnico, exatamente. Obrigado, Sr. Deputado.

Dizemos que em Tancos não foram roubadas armas, foram roubadas munições, explosivos e artefactos, não é? Porque o LAW, que é um lança-granadas foguete, de utilização individual, é considerado, em termos técnicos, uma munição. Porquê? Porque é uma arma descartável, é uma

munição anticarro, ligeira. *Light anti-tank weapon* é a designação de LAW, logo, arma anticarro ligeira. É uma arma individual para uso pelo atirador no campo de batalha e, portanto, é difundida em grande número para fazer face a uma ameaça anticarro. Claro que pode ser utilizada contra uma infraestrutura, um *bunker*, etc. Não é o seu objetivo primário de emprego, mas pode ser utilizada para isso.

Qual é o efeito letal de uma arma destas? Obviamente que é um efeito grande, se ela funcionar. Tenho a noção, por ler na comunicação social, já que não tive informação específica relativamente a isto, que muitas destas armas tinham um número assinalável de falhas de funcionamento, o que indica que efetivamente o equipamento estava obsoleto.

Mas porque é que o equipamento obsoleto não é evacuado para determinada área, ou porque é que não é destruído? Porque isto tem um procedimento específico e não é assim tão fácil driblar este problema. Aliás, o Sr. Deputado respondeu: a empresa que o devia fazer não respondeu atempadamente.

Portanto, há material obsoleto que foi detetado que ainda não foi destruído. É uma ineficiência do sistema para a qual não tenho resposta imediata, porque não tenho responsabilidades na matéria.

Porque é que o material não é deitado no lixo? Porque este material não pode ser deitado no lixo, perdoem-me a vulgaridade da resposta. É material de guerra e, portanto, tem um tratamento que está determinado. Não é inventado, está determinado. As pessoas têm de proceder ao tratamento de material que já não está nas melhores condições de operacionalidade, que ultrapassou o seu prazo de validade de determinada maneira.

Depois, perguntar-me-ão: então e fazia sentido guardar? Quer dizer, se não se pode deitar ao lixo, tem de ser guardado.

Se fazia sentido que fosse nos paióis de Tancos ou noutro local qualquer... Não estou, seguramente, habilitado à melhor resposta. Não faço essa gestão.

Estava nos paióis, portanto, à partida, estava numa infraestrutura cujo acesso é limitado, logo alguma guarda e alguma preservação desse material existia. Havia essa preocupação. Parece-me que esta é a melhor resposta.

Ligado à letalidade, se havia ou não risco da segurança nacional, diria que essa é uma pergunta complicada. Vou-me permitir ... Lá está, a pessoa corre sempre riscos, quando faz estas afirmações, mas penso que é meu dever, ao estar aqui, ajudar os Srs. Deputados na vossa análise.

Depois de ler aquilo que se passou relativamente a Tancos, talvez erroneamente, sou levado a pensar que foi um bando de amadores que fez isto, porque retiraram aquilo que, depois, não conseguiram utilizar ou que não conseguiram escoar no mercado. E, às tantas, quer dizer, rebentou-lhes a castanha nas mãos! Não sei se é uma análise correta, é uma análise rápida relativamente à situação que se viveu.

Estive num quartel-general em Espanha, durante três anos, e posso dizer-vos que a atitude da ETA (Euskadi Ta Askatasuna), que, na altura, era efetivamente uma ameaça, me parecia um pouco mais profissional do que esta que verificámos em Tancos. Mas estamos na área das sensibilidades, é uma sensibilidade minha que poderá pecar grandemente por defeito. Não sei.

Efetivamente, há material cuja utilização é contundente. Até diria, na minha opinião pessoal, que o explosivo PE4A dos 264 petardos é, na verdade, material perigoso porque é um explosivo com grande capacidade, podendo ter um leque de utilização vastíssimo, repito, vastíssimo.

A utilização do explosivo, para que os senhores tenham uma noção e, seguramente, têm-na, não é feita *ad hoc*, quer dizer, o explosivo não é utilizado como as bombinhas de carnaval! Há procedimentos, senão, às tantas, é um risco para quem o utiliza.

Se o material era significativo? Penso que sim, que era significativo. Se era material que podia causar dano? Efetivamente poderia causar dano, caso estivesse em condições de operacionalidade.

Ponho um pouco em dúvida se quem perpetrou esta ação teria a capacidade para escoar ou para utilizar o material. Não sei se não foi um alvo de oportunidade que, depois, careceu de algo subsequente, mais sólido, porque o material acabou por ser recuperado.

Relativamente às munições, bem, as que são utilizadas nas armas de guerra, hoje em dia, ainda são vendidas nas espingardarias. Penso que isso é de menor importância, se me permitem. O número de cartuchos nem me parece significativo.

Tem ligação ao roubo da PSP? Vamos ver, as pistolas *Glock* utilizam o calibre de 9 mm, mas para além desta relação, não vejo outra. A não ser que o indivíduo que perpetrou este roubo tivesse alguma ligação com quem roubou as *Glock*, mas já estamos aqui em patamares de raciocínio que carecem de outra verificação.

Respondendo à pergunta que me parece central, se foi, efetivamente, uma situação que pôs em perigo a segurança nacional, penso que carecemos de mais informação para poder fazer uma afirmação dessas, porque é uma afirmação séria.

O episódio global, a mim, parece-me mais uma caricatura, triste, porque pôs em causa algumas instituições que acho que merecem o nosso respeito. Não me parece, efetivamente, que tenha posto em causa a segurança nacional, mas se calhar também não sou a pessoa mais bem colocada para fazer essa análise.

Relativamente à questão sobre o que é que existia no paiol, se era do conhecimento de quem fazia segurança: não, não era do conhecimento de quem fazia segurança o que é que se encontrava dentro do paiol, arrisco-me a dizê-lo. Mas havia pessoal civil que funcionava naquelas instalações, esses

sim — as pessoas que funcionavam nos paióis de Tancos —, acredito, no que diz respeito ao DGME, tinham inventário, faziam o controlo do material que estava à guarda desta Unidade.

Relativamente ao paiol do Regimento de Paraquedistas, era o Regimento de Paraquedistas que o fazia. Relativamente ao do Regimento de Engenharia, acredito que fosse o Regimento de Engenharia que tinha esse inventário. Se era do conhecimento de quem fazia segurança? Penso que não. Se as condições eram as mais adequadas, atendendo aos fechos das portas, etc.? Porventura, poderiam ser melhores. Há um normativo que define as condições de guarda do material. Se não se cumpriu esse normativo, seguramente, não eram essas, mas não posso ir mais além do que isso.

Tem sido recorrentemente explicitado pelos Srs. Deputados a necessidade de interação entre os comandantes das Unidades que faziam segurança aos paióis. Não me parece um motivo, sinceramente, muito relevante.

A entidade que coordenava e supervisava era a Brigada de Reação Rápida. Cada um dos Regimentos tinha uma ligação cercana, estreita, com a Brigada, recebia as indicações e fazia as coordenações. Obviamente, os comandantes também falavam entre si, era assunto que, por vezes, era debatido, sem haver uma agenda concreta, mas muitas coisas são resolvidas fora das agendas específicas.

Haver uma necessidade exaustiva de coordenação não me parece importante. Por analogia, os oficiais de dia, quando trocam de serviço, efetivamente, falam, mas as instruções principais recebem-nas do oficial de operações da Unidade e do comandante. Portanto, não me parece que fosse excecionalmente necessário haver uma coordenação entre comandantes de Regimento, porque penso que nenhum comandante de Regimento manifestou insuficiência de conhecimento, relativamente à realidade da missão que estava a cumprir. Não me parece.

Não senti necessidade disso, mas algumas vezes fiz coordenação porque me apeteceu, porque achei que era necessário.

Relativamente à exoneração já me referi.

Pausa.

Quanto aos processos que foram abertos e às punições que foram materializadas: não segui de perto este processo, portanto, tenho uma noção de que não se fizeram rondas. Penso que quem abriu os processos foi diligente, foi profissional na sua realização e puniu quem devia punir.

Mas se os Srs. Deputados perguntarem sobre se se tinham de apurar responsabilidades a outro nível, seguia de perto o veicular da informação à Brigada de Reação Rápida e estive em funções na Brigada de Reação Rápida, que me permitem dizer-vos que a Brigada também reportava superiormente o conjunto de insuficiências e fragilidades que lhe chegava por via dos Regimentos. Contudo, não acompanhei o *report* ao mais alto nível do escalão, pelo que me falta informação para poder ser mais concreto, mais específico.

Pausa.

Relativamente ao tempo útil e à oportunidade de se colmatarem algumas deficiências que se verificaram nos paióis, parto do princípio que, se aquelas infraestruturas tinham adstritos determinados meios, que não eram baratos — porque se verificou um dos obstáculos à sua substituição célere foi, efetivamente, o que onerava substituir os meios —, sou levado, por uma questão de racionalidade, a dizer que se se gastou dinheiro para haver meios é porque esses meios tinham utilidade.

Portanto, esse é o meu exercício de análise: se se compraram meios de videovigilância, se se compraram detetores de movimento, se havia duas redes periféricas, se as redes distavam determinada distância, etc., tudo isto, na minha interpretação, obedece a um racional de segurança, de garantia de que não há intrusão e de que os paióis se encontram nas melhores condições de proteção ou de segurança.

Efetivamente, se há um conjunto destes meios que não funciona, parece-me que eles deveriam ser substituídos ou tornados operacionalizáveis no mais curto espaço de tempo. Esta é a minha análise.

Se não se verificou, acredito que terá havido algum fator impeditivo. Que isso se verificasse agora: também sou levado a concluir que o período foi tão largo que, na minha opinião, exigia outra celeridade. E mais não gostaria de dizer ou não se me oferece dizer.

Pausa.

No que diz respeito a propor o encerramento dos paióis, a questão não deixa de fazer sentido, mas vão-me permitir esta interpretação. Nós militares, quando recebemos uma missão, focalizamo-la e gerimos as nossas energias e recursos no seu cumprimento. Portanto, a não ser que haja, efetivamente, uma evidência relativamente à incapacidade de as cumprir, orientamo-nos para as cumprir e não para as discutir.

Atendendo, assim...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — É em relação ao seu superior hierárquico?

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Estou a falar sobre o meu patamar. Sendo verdadeiro e preciso, nunca me

foi reportada uma situação que evidenciasse uma falha tal que visse que era iminente uma situação de intrusão e de roubo. Aí, tinha o dever de dizer: «Não estamos em condições, tenho de ser reforçado com meios, porque não consigo cumprir a missão; ou a missão tem perigo de não ser cumprida.»

Essa situação, na realidade, nunca se verificou e nunca o reportei nesse tom ou com essa gravidade. Portanto, sendo coerente, não podia propor o encerramento de uns paióis de uma missão que conseguia cumprir, garantindo um mínimo — um mínimo! — de segurança que me fizesse estar descansado de que não entrava qualquer pessoa nos paióis sem ela ser detetada.

Peço aos Srs. Deputado que tenham também em consideração que existem outros planos no Exército, relativamente à intrusão em determinadas instalações.

Portanto, se houvesse uma intrusão relativamente aos paióis de Tancos, penso que o que seria importante, numa primeira fase, era detetá-la, era detetá-la.

A resposta à mesma é um outro nível de discussão. Poderia haver uma resposta imediata, com os elementos que estão em guarda, e depois haver uma segunda ordem de respostas, até pela proximidade das Unidades militares que se encontravam próximas — passe a redundância — dos paióis.

Mas nunca senti que o efetivo não fosse suficiente e friso isso. Aliás, naquele relatório que referi, ou nos relatórios que referi, onde fui um pouco mais abrangente na minha análise, digo que o efetivo é suficiente. Quando digo que é suficiente, deve entender-se que é justo, repito, é justo, não dá grande margem e exige ao pessoal de serviço, se calhar, um desgaste que seria superior, caso...

Os Srs. Deputados veem, amiúde, elementos de segurança estarem num gabinete com não sei quantas câmaras e têm permanentemente, quase em tempo real, uma perspetiva dos movimentos em determinado perímetro.

Portanto, o nível de exigência que é pedido no cumprimento de uma missão dessa natureza é diferente daqueles que não dispõem dessa capacidade.

Por fim, queria dizer mais qualquer coisa, que era...

Pausa.

Bom, ficava-me por aqui. Se me lembrar, respondo.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Coronel. Tem, ainda, a oportunidade de fazer a instâncias ou espontaneamente, na terceira e última ronda, havendo, obviamente, inscrições.

Temos inscrições dos grupos parlamentares do PSD, do PS para uma terceira ronda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Leonel Costa, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Sr. Presidente, a inquirição ainda não terminou, mas, neste momento, quase já podemos dizer que o objetivo da sua audição, por parte do proponente, o PS, se mostra frustrado.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Mas porquê?

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — De facto, ainda não terminámos a inquirição e, no seguimento das suas respostas, sobretudo aquela que me deu diretamente, há pouco, fiquei com mais algumas dúvidas. É que não mencionou o nome das entidades que detetam os factos suscetíveis de alterar o nível de ameaça e, conseqüentemente, o nível de segurança, mas pareceu-me que, indiretamente, se estava a referir ao SIS, ao Serviço de Informações de Segurança.

Sabemos que é ao SIS que cabe a identificação desses factos. Resulta da lei que este serviço depende, diretamente, do Primeiro-Ministro — não é do Ministério da Defesa Nacional, é diretamente do Primeiro-Ministro —, mas, ao nível da estrutura militar, quando o SIS deteta alguma ameaça que possa implicar o nível de segurança, a nível militar, a quem é que reporta, a quem é que comunica estes factos?

É importante percebermos isto, até para, desde já, começar a trabalhar as linhas de inquirição futuras.

Há pouco, quando estava a referir-se aos LAW disse, e cito: «caso estivessem em condições de operacionalidade». Penso que o objetivo do Sr. Coronel não foi relativizar a perigosidade deste material.

Parece-me que não será pelo facto de o fabricante ter dito que o seu período de utilização já teria terminado — quase podíamos comparar com os fármacos, que têm um período de validade — que não produzam o seu efeito após o período de validade, segundo indicações do fabricante, o que quer dizer é que o seu uso até podia ser mais descontrolado. Portanto, pergunto se o seu objetivo foi o de relativizar o grau de perigosidade dos LAW. Já vamos na terceira audição e, de facto, nenhum dos seus colegas relativizou a perigosidade deste material, muito pelo contrário.

Quanto à questão do processo de exoneração, já respondeu: disse que achou mal. Mas queria questionar se os processos disciplinares conseguiriam decorrer normalmente sem essas exonerações.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, também por três minutos, o Sr. Deputado Jorge Gomes.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Sr. Presidente, é mesmo para terminar, pelo que não vou utilizar os três minutos.

É apenas para fazer um agradecimento ao Sr. Coronel pela forma como aqui esteve. O Partido Socialista está-lhe grato pela sua vinda. Não foi frustração nenhuma a sua prestação, pelo contrário, para nós foi extremamente útil e sincera.

Portanto, não vá preocupado, não houve frustrações, não há problema nenhum.

Gostava de deixar um desafio — há pouco, disse que o provoquei mas não tentei provocá-lo de forma nenhuma — perguntando-lhe como é que a entidade militar está a ver esta Comissão de Inquérito.

Obrigado pela sua vinda aqui e pelas suas respostas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Coronel, o que motiva esta minha última intervenção prende-se essencialmente com dois pontos.

O primeiro ponto tem a ver com a resposta dada relativamente à perigosidade do material. Recordo-me que o Sr. Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, que foi quem fez uma declaração inicial dizendo que o material estaria obsoleto, teve o cuidado, depois, na Comissão de Defesa, de especificar que, quando afirmou que o material estaria obsoleto, não significava que não fosse perigoso, designadamente porque algum desse material teria problemas no aparelho de pontaria mas isso não queria dizer que não pudesse ter efeitos catastróficos caso fosse utilizado.

Por isso, senti que era importante fazer esta pergunta. Mas gostaria de saber se o Sr. Coronel pretende, com a sua afirmação, desvalorizar a perigosidade desse material ou apenas referir que, estando obsoleto, pode na

mesma ter riscos até para o próprio utilizador e, portanto, continua a ser perigoso.

Uma outra questão: o Sr. Coronel qualificou os supostos assaltantes como sendo um bando de amadores. Foi assim que os qualificou. Confesso que fico bastante preocupado quando se vê que aquilo que sucedeu em Tancos foi operado por um bando de amadores. A questão torna-se particularmente grave quando a análise que é feita por alguém conhecedor, como o Sr. Coronel, qualifica o que sucedeu em Tancos como tendo sido um ato de um bando de amadores, que causaram estrago à imagem do nosso Exército e, evidentemente, levaram a que esta Comissão de Inquérito tivesse de ser constituída.

O Sr. **Presidente**: — Está concluída a terceira ronda de perguntas.

Peço ao Sr. Coronel que tenha a amabilidade de responder.

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Sr. Deputado António Carlos Monteiro, abordo já a sua questão. Quando somos francos, pensamos alto e verbalizamos o que pensamos, corremos sempre o risco de sermos criticados. Não mate o mensageiro!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Não o critiquei! Só fiquei mais preocupado!

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Sr. Deputado, quando a pessoa faz esta análise e tece comentários, corre sempre mais riscos do que se não a fizer. Mas faço essa análise com o meu sentido objetivo, e poderei falhar.

Nós, militares, quando olhamos para uma operação desta natureza, e estou a analisar com espírito de determinação e de operacionalização um

assalto desta natureza, temos um objetivo. Não encontro, à partida, um objetivo para quem perpetrou esta situação. Porquê? Porque o material não parece ter sido usado. Não sei se efetivamente não foi usado, porque foi recuperado muito cedo e não desapareceu, não foi escoado, não foi entregue a outros grupos. Pelo menos, é a interpretação que eu faço. Estou a fazer uma interpretação livre.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas há material que não apareceu até hoje!

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Srs. Deputados, é o Coronel Vasco Pereira, enquanto indivíduo, que está a fazer esta apreciação e correndo riscos ao fazê-la. Estou a fazer um raciocínio alto e penso que é a minha opinião que os Srs. Deputados me pedem, caso contrário não avançaria mais.

Quando planeio uma operação, planeio a fase inicial, mas, depois, há objetivos subsequentes e eu tenho alguma dificuldade em encontrar objetivos subsequentes nesta operação. A pessoa rompe uma trincheira mas o objetivo é o de conquistar o picaroto ou o posto de comando para depois facilitar a missão do escalão superior, que tem outro objetivo. Há um encadeamento de ações e há uma resultante mais substantiva.

Efetivamente, houve a capacidade de subtrair material dos paióis de Tancos, o que não foi detetado. Mas não encontro, à partida, um nível de trama mais denso subsequente. É uma análise que eu faço enquanto leigo da matéria. Posso estar a errar redondamente, mas é a minha opinião que me pedem, é a minha opinião que dou.

Quanto à eficácia e perigosidade do material, faço uma análise militar porque sou militar. Penso que a perigosidade está sempre ligada à eficácia na sua utilização. Uma arma que não permite apontar convenientemente ou

que tem falhas de disparo permanentes, não obstante o facto de poder explodir e causar danos, tem uma perigosidade diferente de uma arma que dispara cada vez que carrego no gatilho.

Se o Sr. Deputado tiver um assaltante em sua casa, pegar no revólver do seu avô e souber que ao premir o gatilho não vai disparar, seguramente não estará tão descansado como se soubesse que tem uma arma que está a funcionar permanentemente e que sai o disparo cada vez que carrega no gatilho, o que, efetivamente, tem eficácia na sua defesa.

É neste sentido que considero que o material obsoleto, proporcionalmente a um material que está em verdadeiras condições de operacionalidade, tem menos letalidade.

Se o Sr. Deputado me perguntar o seguinte «Se rebentar, produz efeitos?», repondo que sim. Obviamente que produz efeitos e por isso é que o material obsoleto é sujeito a um tratamento específico. Ele não deixa de ter risco relativamente ao seu manuseamento e de poder provocar danos, inclusivamente a quem o opera. É nesta medida e neste alcance que faço esta afirmação.

Como estou um pouco afastado da realidade, procurei documentar-me porque antecipava algumas das perguntas que me iam colocar e para poder ajudar e responder com a maior sinceridade possível — perdoem-me os erros e as omissões que posso cometer neste contexto sobre o material que tinha sido roubado. Penso que muitos destes LAW, ou um lote semelhante deles, apresentaram falhas de disparo que foram veiculadas.

Portanto, isto atesta a operacionalidade do material. Se procurarmos uma arma anticarro, de determinado lote, quisermos utilizá-la e ela não disparar, tem um grau de perigosidade, no meu entender.

O Sr. António Carlos Monteiro (CDS-PP): — E de eficácia!

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**:
— De eficácia, mas também de perigosidade.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Neste caso é de eficácia e não de perigosidade!

O Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**:
— De eficácia seguramente! A eficácia é o fim a que se destina, mas não deixa de ser menos perigosa por não se conseguir que ela detone. Ou, então, temos de usar meios auxiliares para que ela detone, por exemplo pondo um explosivo ao lado para rebentar por simpatia. Mas não vamos entrar aqui noutra nível de afirmações.

Compreendo, e posso compreender, a afirmação que foi feita pelo Sr. Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Entende-se que o material que tenha estas limitações seja menos perigoso relativamente ao fim para que foi criado do que outro que esteja em perfeitas condições de operacionalidade.

O Sr. Deputado perguntou quem tinha a responsabilidade caso houvesse a informação de que uma ação deste género poderia ser perpetrada. Não lhe sei dizer porque não conheço com rigor o sistema de informações nacional, nem sequer sei qual foi a entidade que recolheu essa informação.

Este é um assunto sério e, portanto, não me compete estar a fazer afirmações de questões que desconheço.

Efetivamente, veio ao meu conhecimento que havia a desconfiança de que pudesse vir a ser materializada uma ação de determinado âmbito. Se assim foi, teria sido útil que as autoridades que têm a missão de guardar determinado tipo de instalações soubessem dessa informação, porque poderiam antecipar determinadas ações preventivas de modo a dificultarem

a eventual realização de determinada ação. Mas mais não digo relativamente à matéria.

Quanto à exoneração, já manifestei a minha opinião. Penso que o fundamento da exoneração já foi referido aqui na primeira pessoa por um dos meus camaradas que foi exonerado. Portanto, não tenho mais nada a dizer relativamente a isso. Ele disse aos Srs. Deputados, na primeira pessoa, qual foi o fundamento para ter sido exonerado. Estou distante dessa realidade e não me vou adiantar mais.

Também perguntaram o seguinte: se o comandante se mantivesse em funções, não tinha a idoneidade suficiente para levar a cabo os processos de averiguações que estavam a decorrer? Penso que sim.

Ao discordar da exoneração, considero que o comandante que é escolhido nominalmente para o desempenho daquela função é quem está mais habilitado para garantir idoneidade ao processo.

Esta é a minha leitura e daí ter manifestado a minha discordância. Mas não fui eu que assumi responsabilidades sobre isso, nem me competia essa decisão. Portanto, quero salvaguardar essa questão.

Penso que respondi à totalidade das questões.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Coronel Alves Pereira, em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito, agradeço o seu depoimento.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — O Sr. Coronel só não disse como é que o Exército está a ver esta Comissão!

Sr. Cor. Inf. **Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira**: — Agradeço que me tenha lembrado, Sr. Deputado, porque tenho resposta. Vou responder mas não em nome do Exército, porque não estou mandatado nem

me sinto capaz de o fazer. Vou falar por mim, porque é mais rigoroso e assumo essa responsabilidade: obviamente que vejo com grande embaraço.

Tenho muitas saudades do período em que exerci funções como comandante do Regimento, que tem gente de grande qualidade. Penso que era um comandante exigente e com metas altas para o Regimento de Paraquedistas. Mas tinha gente que era capaz de as alcançar e, portanto, era meu dever puxar pelos meus homens e exigir deles.

Durante esse período, tudo fiz para cumprir todas as missões que me foram confiadas ao mais alto nível. Tenho a consciência do dever cumprido. Guardo uma grande saudade e as melhores recordações desse período. Não sinto responsabilidade relativamente a este processo, porque considero que tudo fiz, em consciência, para cumprir da melhor forma o conjunto de missões que me foram confiadas, inclusive as de segurança dos paióis de Tancos.

Posso dizer-vos, com sinceridade, e com toda esta distância, que este episódio me causa embaraço, porque visto o uniforme do Exército, visto a camisola com toda a minha energia. Foi uma falha e ninguém gosta de falhar, estando diretamente ou mais longinquamente envolvido nas missões. Penso que foi sentido por todo o Exército. O Exército, após Tancos, é diferente do Exército antes Tancos, e eu sinto isso pessoalmente.

De alguma forma, estou a fazer uma analogia. Mas não posso ser mais sincero. Lamento profundamente que este episódio se tenha verificado. Não posso dizer mais do que isto.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Coronel. Renovo o agradecimento pelo seu depoimento e acresço o agradecimento por este depoimento suplementar.

Recordo as Sr.^{as} e os Srs. Deputados que a próxima reunião decorrerá amanhã, às 17 horas, com a audição do Sr. Coronel de Infantaria Hilário Dionísio Peixeiro.

Está encerrada a reunião.

Eram 20 horas e 9 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.